

Relatório Final das Eleições Gerais de 15 de Outubro

Duvidosa vitória esmagadora

Nyusi vence com 73%, Frelimo ganha 184 assentos na AR

A Frelimo e o presidente Filipe Nyusi tiveram uma vitória esmagadora nas eleições gerais de 15 de Outubro de 2019, muito semelhante à de Armando Guebuza em 2009. Mas houve casos generalizados de irregularidades que mancharam a eleição.

Com 52% de afluência às urnas, Nyusi ganhou 73% dos votos e obteve mais de 50% em todas as provinciais. A Frelimo ganhou a maioria em todas assembleias provinciais. Na primeira eleição dos governadores, todos os eleitos nas 10 províncias são da Frelimo.

A Frelimo conquistou 184 assentos na Assembleia da República (AR), o que não é suficiente para alterar a Constituição antes de 2023. Para alterar a Constituição em menos de cinco anos, depois da anterior alteração (12 de Junho de 2018), requer-se uma maioria de $\frac{3}{4}$ (188 assentos) mas depois disso apenas uma maioria de $\frac{2}{3}$ (167 assentos). Assim, a Frelimo poderá alterar a Constituição a partir de 2023. (Artigos 301 e 303 da Constituição da República de Moçambique).

As eleições foram, entretanto, marcadas por fortes críticas. Os órgãos de gestão eleitoral estiveram mais partidizados do que no passado, e cometeram falhas flagrantes.

Por exemplo, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) recensearam mais de 300 000 eleitores acima das previsões do

Crítica de observadores

"As eleições não foram livres, justas e transparentes e os resultados não são credíveis", concluíram os 8 maiores grupos de observação eleitoral da sociedade civil.

"A partir da contagem dos votos e respectivos apuramentos, onde várias irregularidades foram apontadas, tanto pelos concorrentes e seus representantes, como pelos observadores credenciados, colocando em crise a transparência do processo eleitoral." disseram dois juizes do CC em declaração de voto vencido.

"Infelizmente esta situação não é isolada, tendo em conta que se repete de eleição em eleição, facto que leva a concluir que as irregularidades ocorridas nestas eleições são consequência inerente da organização, administração e gestão dos nossos processos eleitorais", acrescentaram os juizes.

"A desigualdade de oportunidades foi evidente' e houve um "clima de medo", disse a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia num relatório preliminar. Este citou "falta de confiança de que a administração eleitoral e os órgãos judiciais fossem independentes e livres de influência política", e "foi notável a falta de confiança pública na imparcialidade da Polícia, que foi muitas vezes percebida como estando a favorecer mais ao partido no poder". A União Europeia tem "dúvidas sobre a qualidade do recenseamento eleitoral". Esta acrescentou que "durante a contagem muitas vezes não se respeitaram os procedimentos estabelecidos."

"Os observadores eleitorais da Embaixada dos EUA testemunharam várias irregularidades e vulnerabilidades durante a votação e os primeiros estágios do processo de apuramento. ... Nossos observadores em todo o país notaram a falta de rigor aplicado ao processo de apuramento ao nível distrital ... dificultando a confirmação da integridade dos documentos de registo de votos ... Esses exemplos levantam questões sobre a integridade desses procedimentos e sua vulnerabilidade a possíveis actos fraudulentos".

O Acórdão do Conselho Constitucional de validação de resultados está no <http://bit.ly/CCAc25-Corr-2> e os relatórios do observação estão no <https://www.cipeleicoes.org/documentos/>.

Censo Geral da População e Habitação (CGPH) de 2017 sobre a população em idade eleitoral na província da Gaza. Em uma violação total da lei, a CNE e STAE recusaram-se de emitir credenciais para mais de 3000 observadores nacionais que deveriam fazer contagem paralela de votos.

O sigilo e as limitações na observação dificultam a quantificação da fraude, mas as irregularidades mais graves que pudemos identificar a partir de dados públicos, aumentaram a vitória de Nyusi em mais de meio milhão de votos e tomou cinco assentos na AR da Renamo. Isso é detalhado na página 18.

A falta de transparência foi um problema particular, com pequenas e grandes decisões tomadas em segredo e não anunciadas ou expli-

cadadas; o apuramento de votos em grande parte era secreto. Sem notar o que havia sido feito e sem explicação, quando a CNE anunciou seus resultados no dia 27 de Outubro de 2019, excluiu 144 918 votos.

Quando os resultados da CNE foram validados praticamente inalterados pelo Conselho Constitucional (CC) aos 23 de Dezembro de 2019, os votos excluídos não foram mencionados – depois, em segredo, o CC corrigiu o erro para os votos presidenciais, mas não para os votos da Assembleia da República, que foram posteriormente corrigidos em uma segunda alteração secreta do Acórdão de Validação e Proclamação de resultados.

CNE e CC excluem votos da diáspora, depois CC secretamente altera os resultados duas vezes

Os resultados oficiais anunciados pela CNE aos 27 de outubro de 2019 e aprovados pelo CC aos 23 de Dezembro de 2019 excluíram 144 934 votos presidenciais e 128 703 votos dos deputados da Assembleia da República (AR), incluídos nas tabelas publicadas pela CNE e pelo CC.

Para aumentar a confusão, o recenseamento de eleitores é o mesmo nos resultados oficiais e na tabela - apenas os votos foram excluídos. A exclusão não é mencionada ou justificada em nenhum lugar, mas a análise das tabelas sugere que a CNE excluiu os votos, mas não o recenseamento dos moçambicanos na diáspora.

Para agravar as confusões, depois deste Boletim e AIM relataram esse erro, o CC alterou em segredo o seu acórdão para a eleição presidencial, mas não para a eleição dos deputados da Assembleia da República. Depois deste Boletim relatar o erro que permanecia com os votos da AR, o CC fez uma segunda alteração secreta.

Os moçambicanos no estrangeiros podem recensear-se e votar no presidente e nos deputados da AR, elegendo 1 assento na África e 1 na Europa. O total de recenseamento inclui os da diáspora, e havia 144 918 eleitores na diáspora que, aparentemente, não tiveram seus votos contados.

Parece haver duas possíveis explicações. A primeira é simples erro. A nível nacional e a nível distrital, o apuramento de votos é feito secretamente pelo STAE e depois aprovados pela

CNE, habitualmente sem discussões. Foi indicado ao STAE que alguns dos seus relatórios anteriores incluíam registo da diáspora, mas não outros dados da diáspora. Mas o erro do STAE pode simplesmente ter sido carimbado pela CNE e CC porque o alto nível de sigilo significava que partidos políticos, observadores eleitorais e jornalistas nunca foram capazes de verificar os números antes da aprovação.

Eleições Presiden- ciais	Resultados oficiais CNE, CC Acórdão 25 original pág. 31		Resultados do CC Acórdão 25, alterado pág. 31		Não Contados
Registered	13 162 321		13 162 321		0
Voters	6 679 008	50.74%	6 823 926	51.84%	144 918
Valid votes	6 174 713		6 315 605		140 892
Candidatos					
Nyusi	4 507 549	73.00%	4 639 172	73.46%	131 623
Simango	270 615	4.38%	273 599	4.33%	2 984
Momade	1 351 284	21.88%	1 356 786	21.48%	5 502
Albino	45 265	0.74%	46 048	0.73%	783
Eleições Parlamen- tares	Resultados oficiais, CNE, CC Acórdão 25 ambas versões pág. 32		Resultados do CC Acórdão 25, ambas versões pág. 102-4		Não Conta- dos
Registered	13 162 321		13 162 321		0
Voters	6 621 482	50.31%	6 766 416	51.41%	144 934
Valid votes	5 926 818		6 065 521		128 703
Partidos					
Frelimo	4 195 072	70.78%	4 323 298	71.28%	128 226
MDM	251 347	4.24%	254 290	4.19%	2 943
Renamo	1 346 009	22.71%	1 351 659	22.28%	5 650

A explicação alternativa é que o recenseamento da diáspora em África estava claramente inflacionado, como foi o recenseamento de Gaza (veja a pág. 17). STAE ou CNE pode ter decidido secretamente que excluindo o voto da diáspora era a maneira de compensar esse enchimento de urnas. Isto é possível, porque o Presidente da CNE Sheik Abdul Carimo disse ao Boletim Eleitoral que se devia excluir enchimento bruto das urnas, as comissões distritais de eleições tinham sido instruídas a excluírem qualquer assembleia de voto com participação acima de 100%, mas esta instrução nunca foi publicada e as exclusões nunca foram reportadas. Isto ocorreu igualmente em segredo nas passadas eleições.

STAE e CNE têm sempre alegado que as leis eleitorais permitem-lhes alterar os resultados secretamente, sem reportar as mudanças.

O Boletim Eleitoral (Edição 87 de 27 de Outubro) reportou os votos excluídos quando estes foram anunciados pela CNE, mas parece que isto não foi notado pelo CC, que igualmente não notou que seus resultados oficiais (página 31 da versão original do acórdão 25) não estavam de acordo com a tabela (página 111 do acórdão 25) no anexo do acórdão da 449 páginas.

O acórdão original, assinado por 7 juizes do

Conselho Constitucional, foi distribuído em uma cerimónia pública a 22 de Dezembro de 2019 e publicado no sítio de internet do CC.

No início de Janeiro, uma nova versão do acórdão, ainda denominada "Acórdão nº 25/CC/2019, de 22 de Dezembro" e sem indicação de alteração, havia sido publicada com as tabelas de resultados presidenciais na página 31 corrigidas, mas não aconteceu o mesmo na página 32 para os resultados da AR. Uma semana depois, um novo acórdão 25 apareceu no site do CC, mudando a página 32. A versão original do acórdão 25 está publicada em nosso site em <http://bit.ly/CCAc25-Orig>, a primeira versão corrigida secretamente em <http://bit.ly/CCAc25-Corr-1> e a segunda versão secretamente corrigida em <http://bit.ly/CCAc25-Corr-2>

A inclusão do registo de todos os eleitores, mas excluindo os votos da diáspora – 144 918 votos - reduziu a participação de 51,8% para 50,7%. Também tirou 131 623 votos de Nyusi. A tabela na página anterior compara os resultados "oficiais" com os do anexo da decisão de 23 de Dezembro de 2019 da CC. Todos os dados e tabelas deste relatório final do Boletim de Eleições usam os números do anexo à decisão do CC e incorporam o registo da diáspora e seus votos.

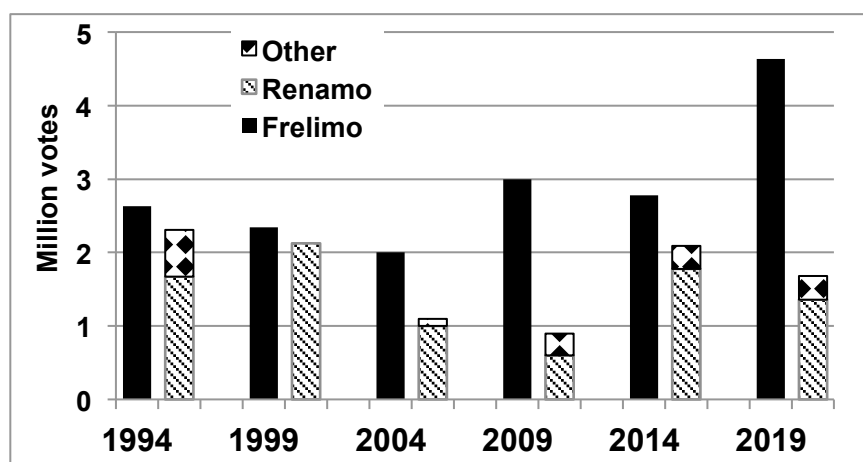
Outro segundo mandato esmagador

Filipe Nyusi ganhou seu segundo mandato como presidente, com uma vitória esmagadora quase tão grande quanto a vitória de Armando Guebuza no segundo mandato, há uma década. Mas, como observamos no restante deste relatório, houve mais relatos de má conduta grave do que em qualquer eleição anterior. Guebuza em 2009 ganhou 75% dos votos e Frelimo 191 assentos na AR, enquanto que em 2019 Nyusi ganhou 73% dos votos e Frelimo 184 assentos.

Voto presidencial em seis eleições

Em todas as eleições o principal partido da oposição foi a Renamo, que foi o movimento de guerrilha que lutava contra o Governo na guerra de 16 anos.

A Renamo obteve o melhor desempenho em 1999, com 48% dos votos presidenciais e 117 assentos na AR, e o pior em 2004 com apenas 16% dos votos presidenciais e apenas 51 assentos na AR. Até a morte de Afonso Dhlakama, em 2018, este era o único candidato presidencial da Renamo, e ele aumentou seus votos para 37% em 2014 contra Nyusi, e a Renamo ganhou 89 assentos na AR. Nesta eleição, o líder da Renamo, Ossufo Momade, fez pior do que Dhlakama em 2014, mas um pouco melhor que ele em 2009, com 21% dos votos e 60 assentos na AR.



O terceiro candidato à presidência nas três últimas eleições foi o líder do MDM e o presidente do município da Beira, Daviz Simango, cujo voto foi estável em cerca de 300 000, o que significa que está caindo em termos percentuais (de 9% para 4%) à medida em que o eleitorado se torna maior.

Cada candidato à presidência deve apresentar ao Conselho Constitucional (CC) 10 000 assinaturas de eleitores registados. No dia 31 de Julho de 2019, o CC aceitou 4 candidatos, mas rejeitou 3, alegando que apresentaram assinaturas falsas para o suporte às suas candidaturas.

Foram aceites candidatos de três principais partidos - Filipe Nyusi (Frelimo), Ossufo Momade e (Renamo) e Daviz Simango (MDM), além de um candidato apoiado por um pequeno partido, Mário Albino, do AMUSI, partido de Nampula que se desmembrou do MDM.

Rejeitadas foram as candidaturas de Alice Mabota, ex-presidente da Liga dos Direitos Humanos, Hélder Mendonça, do Podemos, e Eugénio Estêvão, Secretário Geral da MAMO. O CC apontou para "evidência flagrante de que as assinaturas de suporte de candidatura haviam sido preenchidas pela mesma mão" e, em alguns casos, "cartões de recenseamento eleitoral de eleitores proponentes que exibem uma sequência

Assentos do AR em seis eleições

Partidos	1994	1999	2004	2009	2014	2019
Frelimo	129	133	160	191	144	184
Renamo	112	117	90	51	89	60
MDM				8	17	6
UD	9					

numérica de cartões de eleitor, o que leva à suposição de que eles são apenas cópias dos cadernos eleitorais".

Segundo o CC, a candidatura de Alice Mabota apresentou 688 assinaturas da mesma pessoa, 1091 pessoas que assinaram seus formulários mais de uma vez e 4 164 com números de registos inválidos ou impossíveis. Hélder Mandonça apresentou 12 250 assinaturas, das quais 4 147 eram inválidas. Eugénio Estêvão apresentou 11 340 assinaturas, das quais 7 732 inválidas, incluindo 5 360 claramente assinadas pela mesma pessoa.

Votos presidenciais em seis eleições

Candidatos	1994		1999		2004		2009		2014		2019***	
	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos	mn	% de válidos
Chissano	2,6	53%	2,3	52%								
Guebuza					2,0	64%	3,0	75%				
Nyusi									2,8	57%	4,6	73%
Dhlakama	1,7	34%	2,1	48%	1,0	32%	0,6	16%	1,8	37%		
Momade											1,4	21%
Simango							0,3	9%	0,3	6%	0,3	4%
Outros	0,6	13%			0,1	4%					0,04	1%
		% do total		% do total		% do total		% do total		% do total		% do total
Nulos	0,2	2,8%	0,1	2,9%	0,1	2,9%	0,2	4,0%	0,2	3,2%	0,2	3,3%
Branços	0,3	5,8%	0,3	6,5%	0,1	2,9%	0,3	6,0%	0,3	5,4%	0,3	4,2%
Total	5,4		*5,3		3,3		4,4		5,3		6,8	
Participação		88%		*74%		**43%		45%		49%		52%

* Estimado, para corrigir 7% das mesas de voto excluídas da contagem (1999).

** Estimado, para corrigir erros nos cadernos eleitorais e assembleias de voto excluídas da contagem (2004).

*** Números completos das tabelas anexadas à decisão do Conselho Constitucional; números oficiais no acórdão original excluem o voto da diáspora (2019).

Em 1994, havia 10 candidatos presidenciais de pequenos partidos; em 2004, Raul Domingos ganhou 2,7% e 2 candidatos partidários menores, 1,8%; em 2019, havia um candidato de pequeno do partido.

Frelimo vence em todos os distritos

Frelimo obteve mais votos em todos os 154 distritos que tiveram eleições para Assembleias Provinciais (AP). Não houve eleições de AP na província de Maputo-Cidade e na diáspora. Em 148 distritos, a Frelimo ganhou mais de 55% dos votos. Os seis distritos em que a Frelimo teve os piores resultados foram:

Angónia, Tete: Frelimo 47,96%, MDM 4,99% e Renamo 47,05%. A diferença entre Frelimo e Renamo foi de apenas 0,90%, o mais alto nível de votos nulos (votos inválidos, 6,37%) e votos brancos (7,43%) sugerem que elevado número de votos da oposição foram sabotados ou incorrectamente classificados votos em brancos portanto, Renamo pode ter conquistado o distrito de Angónia mas o resultado alterado fraudulentamente.

Beira, Sofala: F 48,25%, M 31,34%, R 20,11%
Nacala-Porto, Nampula: F 49,14%, M 1,79%, R 48,29%
Buzi, Sofala: F 50,47%, M 10,93%, R 37,58%
Mechanhelas, Niassa: F 53,66%, M 5,64%, R 40,705
Quelimane, Zambézia, F 54,01%, M 4,85%, R 41,14%

O que aconteceu em Nampula?

Nas eleições autárquicas de 2018, a Renamo venceu 5 dos 7 municípios e esperava ter um bom desempenho nas eleições gerais de 2019, mas perdeu todos os distritos. Três municípios têm os mesmos limites que os distritos, portanto é possível comparar eleições autárquicas e eleições das assembleias provinciais. Em todos os três a maioria foi registada em 2018 e as outras em 2019. Nos três municípios, número de votos da Renamo diminuiu significativamente entre as duas eleições.

Comparação 3 Cidades d Nampula nas eleições municipais e gerais														
Nampula Cidade	Regis-tados	Eleitores	Válidos	Frelimo	MDM	Renamo	Amusi	outros	Aflú-encia	Frelimo	MDM	Renamo	Amusi	outros
2018	342 463	203 742	196 230	63 167	12 221	116 602	2 177	2 043	59.5%	32.2%	6.2%	59.4%	1.1%	1.0%
2019	416 386	210 432	203 770	122 533	8 500	70 159	2 578		50.5%	62.4%	4.3%	35.8%	1.3%	
Diferença	73 923	6 690	7 540	59 366	- 3 721	- 46 443	401	- 2 043						
% mudança	21.6%	3.3%	3.8%	94.0%	-30.4%	-39.8%								
Nacala Porto	Regis-tados	Eleitores	Válidos	Frelimo	MDM	Renamo	Amusi	outros	Aflú-encia	Frelimo	MDM	Renamo	Amusi	outros
2018	144 369	88 259	80 190	32 489	2 247	43 810	1 265	399	61.1%	40.5%	2.8%	54.6%	1.6%	0.5%
2019	151 403	80 200	74 151	36 440	1 351	35 810	570		53.0%	49.1%	1.8%	48.3%	0.8%	
Diferença	7 034	- 8 059	- 6 039	3 951	- 896	- 8 000	- 695	- 399						
% mudança	4.9%	-9.1%	-7.5%	12.2%	-39.9%	-18.3%								
Ihla de Moçambique	Regis-tados	Eleitores	Válidos	Frelimo	MDM	Renamo	Amusi	outros	Aflú-encia	Frelimo	MDM	Renamo	Amusi	outros
2018	32 029	17 010	15 017	5 942	1 803	7 630	269		53.1%	39.6%	12.0%	50.8%	1.8%	
2019	36 012	18 821	17 337	9 962	309	6 899	167		52.3%	57.5%	1.8%	39.8%	1.0%	
Diferença	3 983	1 811	2 320	4 020	- 1 494	- 731	- 102							
% mudança	12.4%	10.6%	15.4%	67.7%	-82.9%	-9.6%								

Ilha de Moçambique é terra natal do líder da Renamo, Ossufo Momade, e ele esperaria se sair bem. No entanto, a Renamo perdeu por uma margem significativa. O número de votos da Renamo reduziu 10%, mas os votos do MDM e Amusi parecem ter sido para a Frelimo, assim como para muitos eleitores recém-registados. Na cidade de Nampula, a participação diminuiu e a Renamo perdeu catastróficos 40% dos votos, enquanto a Frelimo dobrou seus votos.

Em Nacala Porto, o total de votos caiu; votos combinados da Renamo e outros votos da

oposição caíram em mais de 9000, enquanto que os votos da Frelimo aumentaram em 4000 - o suficiente para permitir que a Frelimo ganhasse com uma margem de 600 votos. Havia tensão em Nacala Porto durante a campanha. Pelo menos 23 pessoas ficaram feridas e duas casas parcialmente queimadas, incluindo a casa de uma secretária da Frelimo, em uma discussão no bairro de Matalane entre os simpatizantes da Frelimo e da Renamo, a 19 de Setembro de 2019. Após o fecho das urnas a 15 de Outubro de 2019, os simpatizantes da Renamo não confiaram na contagem e se reuniram

do lado de fora de algumas assembleias de voto. Uma pessoa foi morta, baleada e espancada pela polícia, e quatro pessoas foram baleadas nos membros inferiores quando a polícia tentou dispersar a multidão na Escola Secundária São Vicente de Paulo, Nacala-Porto, por volta das 20h00. Na Escola Primária de Naherenque, Mocone, Nacala-Porto, Nampula, os eleitores atiraram pedras para as assembleias de voto.

A Renamo fez apresentações oficiais alegando que os membros das assembleias de voto em Nacala e na Ilha de Moçambique estavam a invalidar boletins de voto para a Renamo, adicionando sinais nos boletins para parecer que o eleitor tinha votado em mais do que um candidato. As reclamações foram rejeitadas pelos Tribunais, juntamente com muitas outras, porque foram apresentados mais de 48 horas após a contagem ou por falta de provas.

Resultados detalhados não são públicos

Os resultados obtidos em cada assembleia de voto são compilados pelo STAE, mas não são mais publicados. Nas eleições de 1994, os resultados de cada assembleia de voto foram publicados em grandes livros. Durante as eleições de 1999 foi distribuído um CD contendo os resultados (apenas dos centros de votação e não de cada assembleia de voto). Para 2004 foi amplamente distribuído um CD contendo resultados de cada assembleia de voto durante as eleições de 2009.

Mas a partir daí, os resultados foram sendo mantidos em segredo, embora resultados detalhados das eleições de 1994-2014 estejam publicados num website especial deste Boletim: <http://bit.ly/MozEIData>. Durante as eleições de 2009, um CD similar foi produzido cinco anos depois das eleições, mas foram distribuídos apenas aos observadores internacionais (os quais deram uma cópia ao Boletim) durante as eleições de 2014 e não aos moçambicanos.

Um CD idêntico com resultados das eleições de 2014 foi produzido em 2019, mas não foi distribuído ao público, embora este Boletim tenha conseguido uma cópia. Assim, a cada eleição, os resultados têm sido mantidos em segredo.

Porque isto é importante?

Agindo completamente em segredo e sem nunca reportar que algo foi feito, as comissões provinciais de eleições e a CNE não contabilizam

algumas assembleias de voto. Às vezes há erros aritméticos incorrigíveis nos editais. Em 1999 alguns editais estavam manchados de tintas. Distritos como Changara, Tete, são notórios em ter casos em que todos eleitores registados – e mais alguns – votam e em alguns anos algumas assembleias de voto de Changara haviam sido excluídas. Entretanto, isto é muitas vezes feito pelo STAE e não pela actual comissão eleitoral, que pode não estar informada do que acontece. E estas exclusões não são nunca reportadas em nenhum documento. Poucas outras democracias permitiriam que assembleias de voto fossem secretamente excluídas.

Mas cinco anos depois da eleição, quando o CD torna-se disponível foi possível comparar as assembleias de voto que constam do CD com aquelas da lista de há cinco anos antes, para ver que assembleia foi retirada. Mas agora mesmo o CD é secreto.

Nossa cobertura sobre as eleições

Desde 1994, o Boletim sobre o Processo Político em Moçambique tem reportado todas as eleições multipartidárias, e durante as eleições gerais de 2019 nós publicamos diariamente em períodos-chave. O Boletim desenvolveu um sistema de correspondentes locais espalhados pelo país. Durante as eleições gerais de 2019 tivemos 463 correspondentes, dos quais 235 trabalham permanentemente em rádios comunitárias, 76 eram de organizações da sociedade civil locais, e 56 eram professores. Todos os distritos em Moçambique foram abrangidos com, pelo menos, 2 correspondentes, muitos dos quais já tinham trabalhado para nós em eleições anteriores, incluindo nas eleições autárquicas de 2018.

Todos correspondentes tiveram uma formação especial, que focou a importância da verificação dos factos antes de serem reportados e neutralidade durante a cobertura. A verificação significa que qualquer informação deve ser

confirmada – através da consulta a autoridades policiais, testemunhas ou outras fontes. Nós assumimos (e esperamos) que todos nossos correspondentes votam, mas sublinhamos que nenhum deve fazer campanha a favor de nenhum

candidato. Imparcialidade e neutralidade são cruciais e nossa equipa editorial em Maputo esteve em contacto regular com os correspondentes para assegurar que a informação reportada fosse precisa.

Nós fomos também capazes de usar nossos correspondentes para conduzir pesquisas rápidas, por exemplo durante o recenseamento, uma verificação sobre os problemas reportados com painéis solares usados para o Mobile ID levou a descoberta de que alguns tinham transformadores incompatíveis e alguns não. Nossa equipe é ao mesmo tempo observadores e jornalistas, e nosso publicador, CIP, e um grupo de observação registados. O código de conduta internacional para observadores locais não exclui jornalistas, mas exige que qualquer publicação deve ser central e publicada por um grupo de observadores registado, o que é, precisamente, o que nós fazemos, publicando o Boletim.

Pela primeira vez, o Boletim também transmitia notícias sobre o processo eleitoral duas vezes por semana em 50 estações de rádio comunitárias em 7 idiomas: Português, Changana, Chisena, Lomwe, Nyungwe, Emakhwa e Kimwane. A maioria das estações usava as transmissões em português e pelo menos um idioma local.

Metade das rádios comunitárias são administradas pelo Governo sob o Instituto de Comunicação Social (ICS) e muitos de nossos correspondentes trabalham ou são voluntários para o ICS. Pela primeira vez, a nível nacional, em 11 de setembro de 2019, a Diretora-Geral do ICS, Farida Abdula, emitiu uma circular afirmando que os funcionários do ICS estão impedidos de se envolver em actividades externas de jornalismo e observação. Ela deixou claro que os funcionários das rádios comunitárias são funcionários públicos ou agentes do estado. Em algumas províncias, era apenas uma ameaça informal pressionar os correspondentes a parar de trabalhar no Boletim.

Somente no Niassa o ICS tentou demitir pessoas - em grande parte voluntárias, porque os

Links da Web

As edições anteriores do Boletim e os documentos importantes estão publicados na Web:

Boletins diários:

2019 Inglês <http://bit.ly/GenEI2019>

2019 Português e documentos chave

<https://www.cipeleicoes.org/>

2018 Inglês <http://bit.ly/LocEI2018>

2018 Português <http://bit.ly/EIAutar2018>

2013-14 Inglês e Portuguese <http://bit.ly/2H066Kg>

Boletim sobre o Processo Político em Moçambique

1993-2020 com relatórios sobre todas as eleições, Inglês. <http://bit.ly/MPPB-En> e 1995-2020, Português, <http://bit.ly/BPPM-Pt>

Resultados detalhados das eleições, todas as eleições 1999-2014, <http://bit.ly/MozEIData>

jornalistas empregados pelo Governo estão cobertos por uma cláusula especial na Constituição da República de Moçambique que diz "O Estado garante a isenção dos meios de comunicação social do sector público, bem como a independência dos jornalistas perante o Governo, a Administração e os demais poderes políticos." (art 48). O ICS também se recusou a aceitar as transmissões do Boletim sem censurá-las primeiro, o que não pudemos aceitar.

As credenciais eram um problema sério. A Comissão Eleitoral Provincial da Zambézia (CPE) recusou-se a emitir credenciais aos correspondentes do Boletim, mas o CIP conseguiu obtê-las na CNE em Maputo. Outro problema em alguns lugares foi que as CPEs cometeram "erros" com as credenciais, atribuindo os jornalistas a outros distritos além daquele que eles solicitaram, e alguns não puderam relatar. No entanto, comparados à obstrução generalizada da observação, os correspondentes do MPPB tiveram relativamente poucos problemas.

O que deu errado?

Aumento de irregularidades põe eleições questionáveis

A pesar das garantias para "a transparência do processo eleitoral, há ainda quem afirme que os nossos processos eleitorais enfermam de problemas. Afinal, onde residem os problemas dos nossos processos eleitorais?" questionou o Conselho Constitucional em Acórdão 25/2019, que aprova as eleições de 2019.

Os problemas são legais, organizacionais e administrativos ou os preparativos de partidos e candidatos solicitam ao CC. "Ou todos esses elementos do sistema juntos? Portanto, é essencial refletir sobre esses aspectos".

Esta secção do relatório final do *Boletim do Processo Político de Moçambique* é, em parte, uma resposta ao CC e uma contribuição ao debate que o CC propôs.

O CC enfatiza bastante o domínio do partido ou o que ele chama de "partidarização dos órgãos de

supervisão dos processos eleitorais do topo à base". E 14 das 37 páginas do acórdão são dedicadas a uma discussão sobre transparência e observação. Concordamos que todos os três - partidarização, observação e transparência - são centrais para as questões levantadas sobre esta eleição. A esses, acrescentamos a falta de uma "trilha de auditoria", recenseamento, enchimento de urnas e outras formas de inflação dos votos da Frelimo e uma administração eleitoral acima da lei.

A partidarização impede a neutralidade

O Conselho Constitucional conclui que a legislação eleitoral criou mecanismos formais de garantia da transparência dos processos eleitorais, optando pela partidarização dos órgãos de supervisão dos processos eleitorais do topo à base", diz o acórdão 25. O acórdão salienta que "o objectivo preconizado pelo legislador, ao partidarizar a CNE, seus órgãos de apoio, o STAE e as mesas das assembleias de voto, foi alcançado".

Os membros da CNE, CPE e CDE são nomeados proporcionalmente à representação do partido no parlamento. Partidos nomeiam os directores e técnicos para o STAE a todos os níveis. Cada um dos três partidos no parlamento nomeia um membro de cada da assembleia de voto. E todos os partidos têm observadores (delegados de candidatura) nas assembleias de voto.

Alguns membros das comissões de eleições são nomeados pelas organizações da sociedade civil, mas a sua nomeação não é feita com neutralidade, eles são seleccionados de partidos políticos alinhados às OSC's na mesma proporção que os indicados pelos partidos. Isto permite que o partido no poder, a Frelimo, tenha maioria em todas as comissões.

O sistema foi proposto pela Renamo e particularmente pelo anterior Presidente Afonso Dhlakama, que partiu da ideia de que Moçambique era uma sociedade partidarizada e que ninguém podia ser neutro, e portanto, a melhor escolha era a de constituir um sistema eleitoral com simpatizantes da Renamo para fiscalizar. Mas isto foi contraproducente, por duas razões. Primeiro, a



Renamo não pôde mobilizar e treinar pessoal suficiente para participar efectivamente e manter o sistema vigiado, o que se tornou particularmente claro nas eleições autárquicas de 2018 e nas eleições gerais de 2019. Segundo, isto promoveu a ideia de que todos no sistema eleitoral pretendiam beneficiar o seu partido.

Este segundo ponto é parte de um grande problema - a herança do Estado monopartidário e do colonialismo. No período monopartidarismo

entre 1975-90, não havia dúvida quanto a existência de uma função pública "neutra". Em vez disso, a função pública estava lá para promover os interesses do partido no poder, da mesma forma que se esperava que o serviço civil anterior apoiasse o Estado fascista português, e se esperava que os funcionários estivessem na Frelimo. Com a chegada do sistema multipartidário, muitos na função pública, incluindo a polícia e o STAE, ainda vêm seu papel como o de apoiar o Governo eleito da Frelimo. Os altos funcionários inicialmente vieram da era do monopartidarismo e de promoções controladas pelo Governo da Frelimo. Inicialmente, Renamo não quis alterar o sistema porque este pretendia ocupar o poder quando eventualmente fosse eleito. A partidização dos tribunais superiores, o sistema eleitoral e outros órgãos foi aceite como um compromisso. Alguns anos depois, Dhlakama veio a entender o problema e lutou, sem sucesso, por uma função pública mais neutra. Mas nas eleições autárquicas de 2018 e nas eleições gerais 2019, a função pública - STAE, polícia, tribunais, educação – tornou-se ainda mais partidizada. Diante de uma conduta mais flagrante, incluindo intimidações e prisões, a Renamo não conseguiu montar um sistema de controlo efectivo.

Em 2012, o Sheik Abdul Carimo, então figura-chave no Observatório Eleitoral das OSC, deu uma entrevista ao Canal de Moçambique e argumentou que "STAE e CNE não são órgãos independentes nem imparciais". No ano seguinte ele foi nomeado Presidente da CNE e inicialmente tentou criar algum senso de neutralidade e consenso.

Mas nas eleições autárquicas de 2018 isso fracassou completamente e as eleições em pelo menos quatro municípios foram manipuladas para impedir que a oposição vencesse. Os membros da oposição nas comissões eleitorais e do STAE foram simplesmente ignorados, e eram muito fracos e mal treinados para contestar com eficácia. Em vários municípios, a polícia apoiava

abertamente a Frelimo. A independência dos tribunais se mostrou ineficaz porque a nomeação para o Conselho Constitucional ocorre de forma semelhante à representação partidária nos órgãos de gestão eleitoral, e juizes e magistrados são nomeados pelo Governo no poder. O Ministério da Educação e as escolas tornaram-se cada vez mais um canal de mobilização partidária.

A organização e irregularidades partidárias nas eleições autárquicas de 2018 não foram contestadas pelos tribunais e pela comunidade internacional; portanto, a Frelimo sentiu-se segura para mobilizar partes significativas da administração eleitoral para as eleições gerais de 2019. As declarações públicas nunca clamaram especificamente por irregularidades, mas muitas vezes enfatizaram que era essencial vencer "a todo custo". Décadas no poder criaram uma estrutura descentralizada do partido, na qual os membros seniores tomam decisões localmente porque sentem que sabem o que é esperado deles.

A máquina eleitoral da Frelimo, no entanto, teve como alvo duas províncias, como observamos abaixo: Gaza para aumentar o voto pró-Frelimo e Zambézia para impedir a eleição de um governador dinâmico da Renamo.

A Frelimo criou uma "máquina partidária" semelhante às cidades dos EUA (décadas de 1890 a 1960), América Latina e Itália e Japão (décadas de 1950 a 1990), baseada em parte no clientelismo político, no qual empregos, contratos e licenças dependem do apoio ao partido predominante.

A partidização foi apoiada pelos dois partidos com maior representação no parlamento, mas permitiu que a máquina da Frelimo dominasse a administração eleitoral. Muitos dos problemas discutidos abaixo, desde o registo excessivo de Gaza até a recusa na credenciação de observadores e irregularidades na contagem ocorreram porque a Frelimo conseguiu usar a partidização e a oposição não.

Bloqueio da observação

"O papel da observação eleitoral não é despreciando. Com efeito, os observadores eleitorais são um mecanismo que ajuda a aumentar a confiança da comunidade nacional e internacional nos processos eleitorais", diz o acórdão 25.

Inquestionavelmente, a observação tem sido importante em todas as eleições multipartidárias para conter e denunciar irregularidades. Este Boletim funciona porque jornalistas e observadores têm acesso a mesas de voto e autoridades eleitorais. Simplesmente o senso de que "estamos assistindo" já provou ser uma verificação importante.

Mas nestas eleições foi diferente. A observação foi bloqueada e a máquina partidária da Frelimo,

acima mencionada, exerceu um controlo muito mais forte do que no passado. Os problemas foram mais graves em Gaza, onde o líder de observação da sociedade civil foi assassinado por um esquadrão da polícia (ver quadro), Zambézia, Tete e Nampula.

"O Conselho Constitucional nota, com apreço, o interesse crescente" em observação - de apenas 3530 observadores nacionais em 2014 para 42 382 observadores incrivelmente credenciados para

as eleições de 15 de outubro de 2019. Quase metade, 19 497, estavam na província da Zambézia. Mas nessa eleição, a observação foi manipulada. Muitos dos observadores estavam abertamente alinhados a Frelimo e vieram de "organizações da sociedade civil" (OSC) recém-formadas.

Os observadores devem ter credenciais para entrar nas assembleias de voto e estas são emitidas oficialmente pelas CNE e comissões provinciais de eleições (CPEs), mas na prática pelo STAE em ambos os níveis.

A lei eleitoral diz que a comissão eleitoral deve emitir uma credencial ou rejeitar formalmente o pedido do observador dentro de cinco dias (Lei 8/2013 de 27 de Fevereiro alterada e republicada pela lei 12/2014, art. 223), fundamentando a razão da rejeição. Mas o sistema da "máquina do partidária" tornou-se evidente, na medida que os pedidos de credenciais submetidos por grupos alinhados da Frelimo eram atendidos rapidamente, enquanto os pedidos da sociedade civil tradicional - vista como não simpatizante da Frelimo - foram deixados para acumular poeira em pilhas nas mesas do STAE. Em alguns casos, meses se passaram sem resposta.

Outra acção notável da máquina partidária ocorreu no dia da votação, quando muitos observadores alinhados à Frelimo tinham "assento" nos postos de votação, e alguns tentaram assumir o comando da mesa de voto. Davam instruções aos presidentes da assembleia de voto e, alinhados com os dois delegados (observadores partidários) indicados pelo partido Frelimo, eram bastante intimidadores, pressionando outros observadores das OSCs e até observadores internacionais a abandonar as assembleias de voto. Os delegados dos partidos da oposição eram ameaçados a não fazer reclamações nas mesas.

Nas eleições anteriores, uma das verificações mais importantes da eleição foi a contagem paralela da sociedade civil (PVT) que é uma colecção dos resultados de uma amostra "escolhida aleatoriamente" de assembleias de voto seleccionada aleatoriamente e que permitia prever com precisão o resultado eleitoral. O plano para as eleições gerais de 2019 era ter o maior PVT até então realizado. O PVT foi realizado pelo EISA (Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável na África) com técnicos moçambicanos experientes e usando observadores de cinco OSC. O plano era ter observadores recolhendo informação em uma amostra aleatoriamente seleccionada de 5000 de 20 162 assembleias de voto em Moçambique (as 407 assembleias de voto da diáspora não foram abrangidas).

No entanto, o STAE, violando a lei, simplesmente se recusou a emitir credenciais,

embora sem se recusar formalmente. Sob crescente pressão pública e diplomática, mais de 1000 credenciais foram emitidas para observadores vinculados ao EISA nos últimos dias antes das eleições, mas 2916 credenciais ficaram

Assassinato de líder de observação eleitoral da Sociedade Civil pela polícia

Um esquadrão de morte, composto por agentes de uma unidade especial da Polícia, assassinou Anastácio Matavel, coordenador de observação eleitoral de sociedade civil em Gaza, a 7 Outubro de 2019, a uma semana da realização das eleições.

O assassinato de um líder de OSCs durante as eleições não tem precedentes em Moçambique e foi uma declaração brutal de oposição à observação eleitoral na província de Gaza. Matavel falava em uma sessão de formação de observadores em Xai-Xai, enquanto o esquadrão de morte o aguardava e, quando ele saiu do local, foi seguido pelos polícias assassinos que bloquearam a sua viatura e o regaram com 10 tiros de arma de guerra. Morreu pouco depois no hospital.

Assassinatos semelhantes ocorreram e, durante esta campanha eleitoral, pelo menos 9 líderes e políticos da oposição foram mortos por agressores não identificados. Mas os assassinos de Matavel foram identificados porque, na pressa de escapar, envolveram-se em acidente com outros três veículos, morrendo dois dos membros de esquadrão e um ficou gravemente ferido. Logo foram identificados publicamente reconhecidos como membros do Grupo de Operações Especiais da Polícia (GOE), uma subunidade da Unidade de Intervenção Rápida (UIR - a polícia de choque). O comandante do GOE em Gaza, Tudelo Guirruço e o comandante da UIR na mesma província, Alfredo Macuácuá, foram acusados de autoria moral do assassinato.

Mas os três assassinos reais foram promovidos pela polícia a 27 de Dezembro, enquanto dois estavam na prisão e o outro livre e desaparecido. Os dois na prisão já haviam dito a um juiz que haviam sido prometidas promoções, em vez de dinheiro, por matar Matavel.

Sem o acidente, seria altamente improvável que os assassinos tivessem sido detidos. Após o acidente, descobriu-se que a equipe de assassinos havia matado, a 23 de setembro, um membro da polícia de trânsito, de nome Carlos Ubisse, confundindo-o com Matavel.

Matavel foi Diretor Executivo do Fórum Provincial de ONGs de Gaza (FONGA) e representante de Gaza do consórcio de observação eleitoral "Sala da Paz".

por emitir. Três províncias foram afectadas seriamente com a falta de credenciais ao ponto de impossibilitar a realização da PVT - a Zambézia emitiu incríveis 19 947 credenciais, mas emitiu apenas 24% daquelas solicitadas pelas OSCs ligadas ao EISA. Gaza emitiu apenas 27%, Tete 39% e Nampula 58%. No final, o EISA conseguiu cobrir apenas metade da sua amostra.

O EISA não foi o único grupo de observação eleitoral que teve problemas. À outras OSCs também foi recusada emissão de credenciais, particularmente na Zambézia e Gaza, onde muitas assembleias de votos não tiveram observadores independentes. Este Boletim enfrentou o mesmo problema na Zambézia, onde nenhuma credencial foi emitida aos nossos correspondentes, mas o nosso publicador, CIP, conseguiu obter credenciais a partir da CNE a nível nacional.

Partidos políticos também tiveram problemas com o STAE a recusar ilegalmente emitir credenciais aos delegados de candidaturas (observadores eleitorais dos partidos, escrutinadores). Nos termos da lei, a comissão distrital de eleições (CDE) deve emitir credenciais para dois delegados de candidatura por cada assembleia de voto.

Além disso, o Secretário Geral da Renamo, André Magibire, reportou a 19 de Outubro de 2019 em conferência de imprensa que "o bloqueio e expulsão dos delegados de candidatura da Renamo e membros de mesa de votação indicados pelos partidos da oposição, com a ajuda da polícia e a prisão de delegados e eleitores quando eles tentaram protestar contra o enchimento das urnas" Estas práticas foram confirmadas por observadores nacionais e internacionais.

O caso mais sério envolveu um novo partido pequeno, a Nova Democracia, em Gaza, onde 17

EISA crachás

Província	Pedidos submetidos	Credencias emitidas	
Niassa	259	259	100%
Cabo Delgado	477	477	100%
Nampula	1517	873	58%
Zambézia	1433	345	24%
Tete	1149	445	39%
Manica	355	355	100%
Sofala	404	252	62%
Inhambane	248	248	100%
Gaza	451	123	27%
Maputo- Prov	386	386	100%
Maputo- Cidade	276	276	100%
TOTAL	6955	4039	58%

delegados do partido e o mandatário local foram detidos no dia da votação, 15 de outubro, e permaneceram detidos por seis semanas. Mais de 200 observadores do ND foram expulsos das mesas de voto pela polícia e pelo director do STAE no dia da votação por supostamente terem credenciais falsas. O ND solicitou 282 credenciais que a CDE se recusou a emitir. O ND conversou com as autoridades eleitorais nacionais que pressionaram a CDE de Chókwè, que finalmente emitiu credenciais a 14 de Outubro. O STAE de Chókwè admitiu que se recusou a emitir a maioria das credenciais (o que era ilegal) e que apenas emitiu algumas alegando que o ND fotocopiou ilegalmente as credenciais reais. O STAE ordenou a prisão dos delegados, dizendo que uma ilegalidade não cancelava a outra.

Uma estranha forma de transparência

Quando o Conselho Constitucional (CC), o mais alto tribunal eleitoral do país, pode validar publicamente a eleição e, uma semana depois, alterar os resultados para dar mais votos ao partido no poder e, uma semana depois, alterar os resultados novamente, e fazendo isso inteiramente em segredo, significa que Moçambique tem uma concepção muito incomum de "transparência".

O Acórdão de validação das eleições elogiou a "transparência" da eleição, mas o CC substituiu duas vezes uma versão do mesmo Acórdão 25/2019, publicado no seu sítio de internet, publicando outra versão, com totais diferentes de votos - não apenas sem anúncio, mas sem indicação no documento de que foi alterado.

Da mesma forma, a CNE e o STAEs, a todos os níveis, acreditam que têm o direito de fazer alterações nos resultados e não há necessidade de manter registos das alterações ou tornar

públicos esses registos. E mudanças substanciais e significativas são feitas.

Os editais de apuramento de resultados das assembleias de voto são frequentemente preenchidos depois da meia-noite por uma equipe muito cansada, e há inevitavelmente erros - números escritos incorretamente ou colunas que não se encaixam corretamente. Às vezes, o erro é óbvio e pode ser corrigido, mas em outros casos essa assembleia de voto deve ser excluída. Em ambos os casos, o STAE (não a comissão de

Não há 'trilha de auditoria'

As empresas geralmente têm suas contas auditadas independentemente para verificar erros ou fraudes. Para facilitar isso, as contas devem incluir um registo das entradas adicionadas, excluídas e alteradas. Isso é conhecido como "trilha de auditoria" porque permite ao auditor independente reconstruir o processo e identificar acções suspeitas.

Eleições e outros sistemas complexos normalmente têm trilhas de auditoria pelo mesmo motivo, para verificar onde ocorreram erros ou acções fraudulentas. Moçambique é altamente incomum, pois seu sistema eleitoral nunca incluiu uma trilha de auditoria.

Assim como o CC pode mudar sua decisão sem comunicar e sem identificar a mudança, durante todo o processo eleitoral os resultados podem ser alterados sem registo da mudança. A transparência, tal como referido pelo CC, é a representação dos partidos na CNE e no STAE, para observar a pessoa que faz as mudanças. Mesmo nas assembleias de voto, os observadores verificaram que os membros de mesa de votação preenchiam editais e actas por conta própria, sentados debaixo de árvores ou no transporte para o STAE distrital. E apuramentos distritais, provinciais e nacionais não são totalmente registados. Não há trilha de auditoria.

Até o PVT restrito mostrou problemas significativos (detalhados na próxima secção), como o enchimento das urnas, e não há como saber se as urnas com votos inflacionados foram excluídas ou incluídas. Sem trilha de auditoria e um sistema que depende apenas da segurança das pessoas espionando umas às outras, os resultados não podem ser vistos como confiáveis.

eleições) toma a decisão em segredo e, aparentemente, não mantém registo da mudança ou exclusão. Da mesma forma, nas assembleias de voto anteriores, as eleições com mais de 100% de participação foram excluídas, mas isso foi feito em segredo e nunca foi mencionado em nenhum relatório.

A directiva da CNE sobre apuramento de votos distritais, provinciais e nacionais deixa claro que todas as operações básicas são realizadas pelo STAE. Aceita que haverá correcções de "erros materiais ou ininteligíveis", mas não há orientações sobre como e quando corrigir ou alterar os resultados, e absolutamente nenhuma menção nos relatórios quando isso for feito. Em outras palavras, a instrução permite que o STAE e os órgãos de apoio a CNE (comissões provinciais e distritais) alterem os resultados à vontade e

completamente em segredo. ("Directiva Sobre a Centralização e Apuramento Distrital da Cidade e Província ..." Deliberação no 107 / CNE / 2019 de 2 de Outubro)

A directiva também deixa claro o sigilo. A única sessão aberta aos mandatários e, portanto, aos observadores e à imprensa, é uma sessão especial em que o STAE entrega formalmente à comissão eleitoral "o mapa resumo da centralização dos resultados". Os partidos políticos, os observadores e a imprensa não recebem as informações mais básicas sobre como esses números foram alcançados.

O CC no Acórdão 25/2019 diz que a transparência é garantida pela presença de candidatos partidários nas comissões eleitorais e nos STAEs. Mas o apuramento é feito rapidamente e sem a necessidade de manter um registo das mudanças nos votos, tornando extremamente difícil para um pequeno número de membros do partido vigiar as contagens.

As leis eleitorais estabelecem claramente como a contagem deve ser feita na assembleia de voto, exigindo que toda a contagem de votos seja feita imediatamente após o encerramento da votação e que o preenchimento dos editais de apuramento parcial e todos os relatórios seja concluída enquanto toda a equipe da assembleia de voto, observadores, delegados do partido e imprensa ainda estão presentes. Os observadores testemunharam várias violações. Algumas equipas das assembleias de voto deixaram indevidamente a mesa para jantar, muitas vezes por várias horas, com as urnas desprotegidas. Os procedimentos não foram seguidos em um terço das mesas de voto observadas, informou a UE em um relatório de 8 de Novembro. O trabalho não foi concluído durante a sessão e observadores internacionais partilharam fotos de membros de mesa de votação a preencher os editais e minutos sentados sob as árvores ou nos camiões de transporte de urnas para o STAE.

Ao nível distrital, o STAE corrige os editais e os soma para fornecer um resultado distrital. Existem poucos procedimentos claramente definidos e diferentes distritos o fazem de maneira diferente, e a UE encontrou metade dos distritos observados fazendo o apuramento incorretamente. A CNE não informa sobre suas reuniões; atas e cópias de decisões não são disponibilizadas à imprensa e às partidos. As decisões formais (deliberações e directivas) são publicadas no Boletim da República, com algum atraso. A CNE e o STAE não fazem uso efetivo de seu sítio de internet (<http://www.stae.org.mz/>), que estava indisponível no momento da redacção deste relatório. O STAE faz sua própria contagem paralela, denominada contagem provisória, com base nos editais das assembleias de voto e, no passado, isso às vezes era tornado público, mas nas eleições autárquicas

de 2018 mostrou que os resultados em vários municípios foram alterados para tirar a vitória da oposição. Assim, em 2019, a contagem provisória do STAE não foi pública. Apesar dos pedidos repetidos, as informações sobre o financiamento

do partido nunca foram disponibilizadas. A CNE criou um centro de imprensa para as eleições gerais de 2019, mas foi pouco usado porque havia pouca informação disponível.

CNE acima da lei

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) violou a lei com total impunidade. Três exemplos incluem o financiamento dos partidos, a ordem de precedência dos partidos no boletim de voto e a publicação dos resultados eleitorais.

A CNE distribuiu 3 milhões de dólares aos partidos políticos, mas não seguiu a lei eleitoral. O valor deve ser distribuído 21 dias antes do início da campanha, aos 30 de agosto do ano passado. Mas o valor só foi distribuído após o início da campanha. E a CNE recusou pedidos repetidos para detalhar como o valor foi alocado. De facto, a alocação violou a lei.

A Lei n. 2/2019, de 31 de Maio, no artigo 38, fixa que "na atribuição dos fundos deve ter-se em conta a proporção das candidaturas apresentadas de acordo com os lugares a serem preenchidos". A implicação é que cada candidato ao parlamento deveria receber a mesma quantia de fundos estatais, mas a CNE não fez isso. No caso mais extremo, cada candidato a um único assento da AR na África recebeu 345 000 MT (\$ 5587), enquanto cada candidato a um dos 45 assentos em Nampula recebeu apenas 5 000 MT (\$ 81).

Há três eleições – Presidenciais, Assembleia República (AR) e assembleias provinciais (APs) - e há 60 milhões de meticals (US \$ 972 000) em dinheiro do Governo para partidos em cada eleição. A decisão óbvia seria simplesmente dividir 60 milhões de MT entre os 4 candidatos à presidência, 60 milhões de MT entre os 5232 candidatos parlamentares e 60 milhões de MT entre os 2863 candidatos da AP.

Mas a CNE decidiu que, para as eleições da AR, o valor deveria primeiro ser dividido igualmente entre os círculos eleitorais; a AR há 13 círculos eleitorais (11 províncias mais a África e resto do mundo). Para a AP o dinheiro foi dividido primeiro igualmente entre apenas 10 províncias (as províncias excepto a cidade de Maputo, que já tem uma assembleia municipais eleita). Mas Nampula tem 45 assentos na AR e Zambézia 41, enquanto a África e a Europa têm 1 cada, o que significa uma enorme diferença na quantidade de dinheiro para cada candidato - não proporcional conforme a lei específica. Os beneficiários são os três grandes partidos, Frelimo, Renamo e MDM, que têm

membros da CNE, enquanto os pequenos partidos perdem dinheiro substancial.

O CC faz o sorteio da ordem dos candidatos no boletim de voto presidencial e a CNE faz o sorteio dos boletins de voto AR e AP. A lei n. 2/2019, de 31 de Maio, no artigo 188, diz que "sorteiam-se em primeiro lugar os proponentes de candidatos por todos os círculos eleitorais e em segundo lugar os demais." Mas quando o sorteio ocorreu, ele seguiu um procedimento diferente, publicado apenas mais tarde como Deliberação 101 / CNE / 2019.

A deliberação diz que haveria mesma posições para as eleições da AR e da AP e, em seguida, disse que os quatro primeiros partidos da lista seriam aqueles com candidatos à presidência, na ordem estabelecida pelo CC, colocando a Frelimo em primeiro lugar nos três boletins de voto. Em seguida, eles atraíram todos os partidos restantes, independentemente de estarem ou não em todo o círculo eleitoral. Isso colocou a AMUSI na 4ª posição, mesmo que não estivesse em todos os círculos eleitorais, e três partidos em todos os círculos eleitorais estavam abaixo de alguns que não estavam, o que claramente viola o artigo 188.

Aparentemente, a CNE não segue a lei ao fazer o apuramento nacional. A lei estabelece uma pirâmide: os votos são contados na assembleia de voto, esses resultados são depois somados ao nível distrital e novamente são somados ao nível provincial. A CNE deve simplesmente somar os totais provinciais. Em vez disso, parece que a CNE faz seu próprio apuramento a partir de cópias de editais provenientes directamente das assembleias de voto, ignorando os apuramentos distritais e provinciais.

Finalmente, a Lei 2/2019, de 31 Maio, nos artigos 121 e 123 exige que a CNE publique os resultados para cada círculo eleitoral que para AP significa por distrito. A CNE nunca publicou detalhes do distrito para a AP e se recusou a fornecê-los a este Boletim, em clara violação da lei. O CC na decisão final (Acórdão 25) publicou os resultados do distrito, embora com erros.

Qualquer número pode ser credível?

A CNE apurou 152 000 votos a mais para AR do que as comissões distritais de eleições (CDEs) reportaram. Como, onde? Se alguém sabe, eles não informaram. Os números são reais, erros ou fraude? Não há como saber. A comparação dos números de recenseamento mostra que as CDEs excluíram algumas assembleias de voto que a CNE incluiu, mas não há como saber da razão. As CDEs incluíram algumas assembleias de voto que tiveram uma participação inacreditavelmente alta, mas a CNE as incluiu?

A CNE não publica resultados por distrito; Os editais são publicados pelas comissões distritais e provinciais de eleições, mas a CNE não as disponibiliza na web. Os partidos políticos e os jornalistas devem ir aos escritórios das comissões eleitorais e copiar os números - como a nossa equipe fez. A CNE permanece acima da lei. Ela deve publicar os resultados do distrito, pelo menos das assembleias provinciais (PAs), mas não publicou.

O Boletim publicou os resultados das comissões distritais de eleições para as presidenciais (<http://bit.ly/Dis-Pres>) e para parlamento (AR) <http://bit.ly/Dis-AR>). O Conselho Constitucional publicou os resultados distritais para as APs, e nós os comparamos com os resultados oficiais das CDEs enviados pelos nossos correspondentes. Em quase todos os distritos os resultados eram diferentes.

A lei eleitoral (art. 235 da Lei 2/2019, de 31 de Maio) estabeleceu um processo em cascata para apuramento de votos - os STAEs distritais somam editais de resultados das assembleias de voto, as províncias somam os resultados dos distritos e a CNE soma os editais das provinciais. Mas aparentemente o processo nunca acontece assim. Uma cópia de cada edital das assembleias de voto também é enviada ao STAE nacional, que aparentemente faz a sua própria contagem que dá à CNE - portanto, as diferenças em relação ao apuramento distrital.

O secretismo no segundo apuramento é agravado por erros aritméticos básicos cometidos (em segredo) pela CNE e pelo CC - os dois principais órgãos eleitorais. A CNE repetidamente deixou de fora o voto da diáspora de alguns, mas não todos, de seus totais. O órgão aprovou esses resultados errados e os entregou ao CC, que os carimbou. Após os artigos publicados por este Boletim, em segredo, o CC corrigiu duas vezes o erro - a primeira vez para o Presidente e a segunda vez, parcialmente, para a AR. Mas a segunda versão secretamente corrigida ainda contém erros óbvios. A primeira tabela na página

32 do acórdão do CC foi corrigida, mas não a segunda; a tabela "Eleições para deputados da Assembleia da República" está correcta, mas a tabela abaixo "Distribuição de mandatos" ainda exclui votos da diáspora.

Em duas tabelas diferentes, mais adiante no anexo do acórdão, na página 104 - "Eleição dos Deputados da AR", e na página 487 - "Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais", a linha inferior - "votos na urna", é diferente de "Número total de eleitores", acima na tabela, mas, por definição, eles devem ser os mesmos. Os votos na urna estão incorrectos porque o total exclui votos nulos (boletins inválidos), que estavam obviamente nas urnas. Isso, por sua vez, leva a outro erro. Na página 104, as percentagens para votos em branco e inválidos estão incorrectas porque são baseadas nos Votos na Urna incorrectos e não no Número Total de Votantes. O CC e a CNE podem descartá-los como pequenos erros, mas se o mais alto tribunal eleitoral do país e a principal autoridade eleitoral não conseguem nem somar colunas de números, como pode ser confiável qualquer um dos seus números compilados secretamente?

Desleixo em segredo provou ser contagioso. Os observadores relataram violações generalizadas dos procedimentos durante a contagem nas assembleias de voto e nos processos de apuramento distrital, o que abriu as portas para erros e fraudes. Os editais foram preenchidos sem que ninguém assistisse, e alguns números foram alterados. Em áreas-chave, os observadores não puderam obter credenciais, portanto não houve verificação.

Não surpreende que muitas pessoas não confiem em um processo de contagem de votos repleto de erros e falta de transparência. Um "meme" circulou amplamente na internet durante as eleições autárquicas de 2018 anunciando um mestrado em fraude eleitoral ministrado por professores com 24 anos de experiência.



Usando apenas a informação oficial limitada e a contagem paralela da sociedade civil (PVT), podemos identificar 557 000 votos atribuídos ilegalmente ao Presidente Filipe Nyusi ou tirados do candidato da oposição, Ossufo Momade (detalhado abaixo). Isso representa 8% do total dos votos e 17% da margem de Nyusi sobre Momade. Também encontramos 5 assentos do parlamento (AR) incorrectamente concedidos à Frelimo em vez da Renamo. E esta é apenas a ponta do iceberg que podemos ver. Devido ao sigilo e à falta de informações, é impossível quantificar e identificar as grandes quantidades de fraude que não podemos ver.

A ponta do iceberg: Meio milhão de votos fraudulentos

Em todas as eleições realizadas em Moçambique, houve alguma fraude e negligência, mas foi ao extremo nas Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais de 2019. Por exemplo, sempre houve relatos de um pequeno número de boletins de voto pré-marcados para a Frelimo nas mãos de eleitores ou membros da Frelimo fora das assembleias de voto - o que implica conluio com os membros das assembleias de voto que devem remover, ilegalmente, os boletins de voto dos cadernos enviados para as assembleias de voto ou para o STAE provincial.

Em 2019, estes casos foram muito mais comuns e houve mais relatos durante a contagem de três a cinco boletins de voto dobrados e depositados na urna, que tiveram de ser separados durante a contagem e, obviamente, foram colocados juntos na urna.

A maior parte de casos de fraudes nas assembleias de voto é cometido por membros de mesa de voto ou em conluio com estes. Isso ocorre em três pontos do processo. A maioria das assembleias de voto fica em sala de aula e, quando os votos são contados um por um, são feitas marcas no quadro-preto, em grupos de 5. Mas pode haver uma centena ou mais de grupos de 5, e é fácil "desconsiderar" - de facto, o manual oficial do STAE para a equipe das assembleias de voto mostra descaradamente como fazer isso: <http://bit.ly/STAE-quadro>.

Os boletins de voto são amontoados no chão. Muitas assembleias de voto não têm corrente eléctrica, pelo que é fácil, no escuro, mover os boletins do monte da oposição para o monte de votos em branco ou inválidos. Nas eleições anteriores, os votos inválidos foram requalificados pela CNE, em público, e muitas vezes havia um punhado de votos válidos na pilha de inválidos, que foram aceites como votos válidos e adicionados pela CNE aos totais dos votos da oposição.

Votos indevidamente atribuídos a Nyusi ou retirados da oposição em fraudes em larga escala

	Atribuídos a Nyusi	Retirados da oposição	Total
Enchimento de urnas	148 000		
Uso de votos inválidos e em branco para cancelar votos da oposição		110 000	
Eleitores fantasmas, registo inflacionado - Africa, Cabo Delgado, Gaza	259 000		
Sub-registo da Zambézia		40 000	
TOTAL	407 000	150 000	557 000

Havia também ampla evidência de invalidação dos votos da oposição, adicionando uma impressão digital para um segundo candidato. Provavelmente porque isso estava sendo apurado, um número crescente de votos da oposição foi colocado na pilha com boletins em branco, o que nunca foi verificado. As regras foram alteradas

para 2019 e os votos inválidos não são mais requalificados pela CNE em sessão aberta ao público, o que significa que um número significativo de votos válidos permanece nas pilhas inválidas.

Os editais de resultados oficiais das três eleições – presidenciais, AR e assembleia provincial - só são preenchidos quando toda a contagem dos três tiver terminado. Geralmente isso acontece de madrugada, com os membros das assembleias de votos cansados, com delegados e observadores dos partidos dormindo na assembleia de voto, se não tiverem já desistido e regressado para casa.

Poucos observadores ou delegados se lembram do que estava escrito no quadro-preto ou podem simplesmente exigir a recontagem dos montões de boletins de voto. Assim, os membros de mesa de votação têm caminho aberto para adulterar e inventar números.

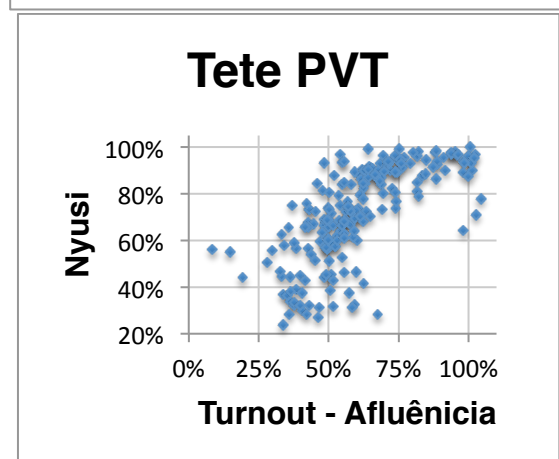
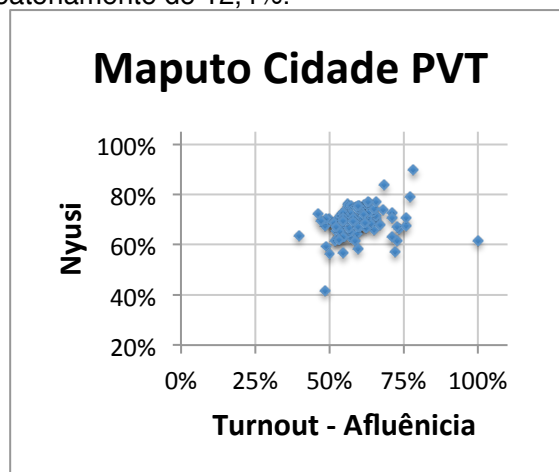
O enchimento das urnas costuma ocorrer em áreas em que a população apoiam fortemente a Frelimo, porque os membros de mesa de voto também apoiam a Frelimo e não se opõem a acrescentar votos a favor da Frelimo. Os exemplos mais grosseiros estão em Gaza e Tete e são os mesmos distritos que viram as urnas em grande escala manipuladas nas eleições anteriores. Os dados do CC mostram que em Gaza cinco distritos inteiros votaram 99% em Nyusi e tiveram participação inacreditavelmente alta: Massangena e Chicualacuala 96%; Chigubo 95%, Mabalane 92% e Mapai 91%. E os mesmos dois distritos de Tete aparecem em cada eleição: Zumbo 90% e 89% da Frelimo, e Changara 86%, mas 97% da Frelimo. Isto não ocorre em mesas de voto únicas, mas em todos distritos inteiros.

Enquanto o enchimento de urnas ocorre predominantemente nas zonas da Frelimo, tirar votos da oposição é mais comum nas áreas disputadas e particularmente no norte, principalmente Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, onde há menos enchimento das urnas. Tete é uma província muito dividida e possui distritos em ambas as categorias.

Para as assembleias provinciais (APs) com seu pequeno boletim de voto, achamos estranho e impossível que 36 de 164 distritos inteiros tenham mais de 8,5% de votos em branco. Cabo Delgado teve os mais altos níveis de votos em branco, sendo o mais extremo Namuno com 18% de votos em branco, o distrito de Chiure com 17% em branco e Mecufi 16%. Cabo Delgado tornou-se uma província altamente disputada, porque a Renamo venceu inesperadamente no município de Chiure, nas eleições autárquicas de 2018. Com apenas 4 partidos no boletim de voto da AP, 1 em cada 6 eleitores realmente não conseguiu escolher ou os votos foram retirados da Renamo?

Os dados da amostra de PVT para a eleição presidencial revelam extremos semelhantes para votos inválidos em mesas de voto individuais nas eleições presidenciais. Uma assembleia de voto na Escola Primária de Monequera, Ulongué, distrito de Angónia, em Tete, tinha 45% de votos inválidos. Há outras assembleias de voto com mais de 25% de votos inválidos em Tete (especialmente Angonia e Marávia), Nampula (Mossuril), Niassa (Mecanhelas), Zambézia (Molumbo) e Manica. Não acreditamos que até metade dos eleitores tenham cometido erros.

Não podemos identificar pequenas fraudes, alguns boletins de voto extras ou pequenas alterações no edital. Mas podemos usar técnicas estatísticas para identificar fraudes em larga escala - um nível de participação excepcionalmente alto implica enchimento de urnas em grande escala; votos inválidos ou em branco em números muito altos sugerem votos da oposição invalidados e; recensear mais pessoas do que adultos em idade de votar parece impossível. Em um estudo publicado aos 10 de novembro de 2019, o Boletim estimou fraudes em larga escala e forneceu detalhes de nossos métodos: <http://bit.ly/MozEIStuff>. Resumimos isso abaixo. Alguns dos dados que usamos aqui provêm de uma extrapolação da PVT (contagem paralela de votos) que cobriu 2507 das 20 162 mesas de votos, em uma amostra seleccionada aleatoriamente de 12,4%.



Uma chave para qualquer análise estatística é que os dados eleitorais devem ter o que é chamado de "distribuição normal", o que significa que a maioria dos pontos está próxima da média e é igualmente distribuída nos dois lados da média. Os diagramas de dispersão são úteis porque fornecem uma representação visual dos dados. Em nossos gráficos, o eixo vertical é a percentagem de votos para Nyusi e o eixo horizontal é a participação. Os pontos são as assembleias de voto de PVT, para que possamos "ver" as assembleias de voto. Assim, nossas assembleias de voto devem estar concentradas no centro do diagrama de dispersão. Mostramos aqui os diagramas de dispersão das duas províncias, Cidade de Maputo e Tete.

Maputo mostra uma distribuição amplamente normal - a participação foi de 57% e Nuysi teve 69% dos votos - ambos no centro da bolha das assembleias de voto.

Agora olhe para Tete. As assembleias de voto são mais dispersas, mas a participação de 60% e o voto de Nyusi de 77% estão no meio dos pontos das assembleias de voto. No entanto, observe o grande número de mesas de voto no canto superior direito, com um número desproporcional acima de 80% para Nyusi e muitas também com mais de 75% de participação. Esta não é uma distribuição estatisticamente "normal". Observando o diagrama, podemos "ver" as assembleias de voto no canto superior direito com uma participação improvável e excessiva.

Usando técnicas estatísticas, concluímos que houve três tipos de fraude - enchimento de urnas, inutilização de votos da oposição e extrapolação de número de eleitores recenseados - o que aumentou a margem de vitória de Nyusi em pelo menos 557 000 votos fraudulentos.

Enchimento de urnas

Tradicionalmente, o "enchimento" de urnas envolve a introdução de boletins extras nas urnas. Mas em Moçambique, o "enchimento" significa, frequentemente, alterar o edital original, em muitos casos, adicionando centenas de votos para a Frelimo e seu candidato.

Detalhes de como fazemos nossas estimativas estão no estudo de 10 de Novembro em <http://bit.ly/MozElStuff>. A participação média é de cerca de 50% e a maioria das assembleias de voto tem uma participação entre 25% e 75%, com poucas abaixo de 25%. Mas 7,5% das mesas de voto (mais de 1500) têm mais de 75% de participação e excesso de votos altos para Nyusi. Consideramos que são urnas entulhadas de votos e estimamos que contenham 90 000 votos extras para Nyusi.

Observamos também que 58 000 pessoas votaram mais nas presidenciais do que votaram nas legislativas (AR), mas não houve relatos de que eleitores tenham depositado boletins de voto na urna das presidenciais, mas não na urna das legislativas. Havia, no entanto, muitos relatos de indivíduos colocando alguns boletins de voto extras na urna, muitas vezes dobrados. Tomamos os 58 000 como uma estimativa desses boletins de voto extras. Assim, estimamos pelo menos 148 000 boletins de voto extras de enchimento para Nyusi.

Recenseamento inflacionado e eleitores fantasmas

Moçambique possui 13 círculos eleitorais para as eleições legislativas. Mostramos que o registo foi manipulado em 4 deles. Na África, Gaza e Cabo Delgado, o recenseamento foi inflacionado para aumentar o número de votos para o candidato presidencial Filipe Nyusi, enquanto na Zambézia ficou restringido para diminuir o voto da oposição.

ÁFRICA: Os moçambicanos na diáspora podem votar no presidente e eleger um assento no parlamento cada um para a África e Europa. O recenseamento em África aumentou constantemente de 44 000 em 2004 para 55 000 em 2009 e 89 000 em 2014. O STAE previu um aumento semelhante em 2019, para 115 000. Mas o registo oficial foi de quase 213 000. Aceitamos a estimativa do STAE como plausível, mas achamos que o grande aumento é de eleitores falsos ou "fantasmas". Se assumirmos que os fantasmas votaram na mesma proporção que outros eleitores, eles teriam dado 62 000 votos inexistentes a Nyusi. Consideramos esses votos de fantasmas como uma forma de enchimento de urnas para Nyusi.

GAZA: O escândalo mais discutido nesta eleição foi o excesso de recenseados em Gaza, onde 1 166 001 pessoas foram registadas, o que representa 329 430 pessoas a mais do que a população em idade de votar em Gaza, que é de 836 581, de acordo com o Censo Geral da População e Habitação de 2017. Tanto o presidente do Instituto Nacional de Estatística quanto o coordenador do Censo foram demitidos por se recusarem a adulterar os números do Censo para coincidir com os do recenseamento.

Observamos que em nove das 11 províncias, o STAE estabeleceu uma meta de recenseamento que era de 90% dos adultos em idade de votar, como mostra o Censo. As duas exceções são Gaza, com uma meta de 137% dos adultos em idade de votar, e a Zambézia discutida abaixo.

Nacionalmente, a meta era de recensear 82,5% de adultos em idade de votar.

Se dissermos que a meta deve ser 90% dos adultos em idade de votar e sermos generosos e dissermos que 95% deles serão registados, Gaza deve ter apenas 715 277 eleitores. Assim, o excesso é de 450 724 eleitores - 3,4% de todo o caderno eleitoral nacional. Acreditamos na precisão do Censo de 2017, que ganhou elogios, e essas pessoas de Gaza não existem, de facto. Assim, os consideramos "eleitores fantasmas".

Observamos que 85% dos fantasmas estão nos cinco maiores distritos e observamos que em quatro de nossos cinco distritos (excepto Chókwe) a participação caiu drasticamente em comparação com as eleições anteriores. Atribuímos isso a fantasmas que não votaram, principalmente onde havia observadores. Os observadores da PVT notaram algumas assembleias de voto nas quais ninguém votou, excepto os MMV. Acreditamos que, entre 450 724 fantasmas, apenas 162 000 votaram e votaram em Nyusi.

CABO DELGADO: Três províncias recensearam mais de 95% da meta, enquanto a nível nacional foram recenseados 91% da meta estabelecida, correspondente a 82% da população adulta em idade eleitoral. As três principais províncias foram Gaza e Zambézia com 102% da meta e Cabo Delgado com 101%. Não acreditamos que Cabo Delgado tenha recenseado 91% dos adultos em idade de votar, superado apenas por Gaza, com 139%. O terceiro maior percentual de eleitores inscritos é na cidade de Maputo, com 87% dos adultos em idade de votar. Considerando um número entre a cidade de Maputo e a média de 82%, dizemos que 85% do registo pode ser considerado razoável para Cabo Delgado, que tem 6% de inflação, cerca de 71 000 eleitores fantasmas. Supomos ainda que os eleitores fantasmas tiveram a mesma participação que os eleitores reais, 49%, e que todos votaram em Nyusi. Isso dá 35 000 votos extras para Nyusi.

TOTAL DE FANTASMAS: Somando os eleitores fantasmas na diáspora (África), Gaza e Cabo Delgado dão um total de 259 000 votos fantasmas para Nyusi.

ZAMBÉZIA: Na Zambézia, em vez de criar eleitores fantasmas, o STAE excluiu os eleitores reais. A Zambézia é tradicionalmente uma província da oposição e a Frelimo estava ansiosa para impedir a eleição de um candidato carismático da Renamo para governador. Em 9 províncias, o STAE estabeleceu uma meta de recenseamento muito próxima a 90% dos adultos em idade de votar, mas na Zambézia, exclusivamente, a meta foi fixada em 77% da

população em idade eleitoral. Isso é importante porque o número de brigadas de recenseamento constituídas em uma província era proporcional ao objectivo, portanto a Zambézia tinha menos postos de recenseamento do que o necessário. Houve reclamações contínuas durante o período de recenseamento de Abril a Maio de 2019 de que as brigadas de constituídas não estavam disponíveis e, quando estavam disponíveis, os painéis solares que carregavam os computadores geralmente não funcionavam. Isso ocorreu particularmente em áreas de grande aceitação da oposição. Apesar dos problemas, havia um forte desejo de se recensear e foi possível inscrever 102% da meta reduzida. Seguindo o raciocínio de Cabo Delgado, se assumirmos que 85% dos eleitores puderam se recensear na Zambézia, havia 186 000 eleitores a mais recensear na Zambézia. A participação na Zambézia foi de 43%, pelo que assumimos que 80 000 deles teriam votado. Como a restrição do registo parece ter atingido as áreas mais fortes da oposição, presumimos que 60 000 teriam votado em Ossufo Momade e 20 000 em Nyusi. Portanto, dizemos que a restrição de recenseamento custou cerca de 40 000 votos a Momade.

ASSENTOS DA AR: A manipulação de recenseamento pelo STAE também teve impactado na composição da Assembleia da Republica. Gaza elegeu indevidamente 8 assentos extras, enquanto Zambézia perdeu 4 e Nampula, Tete, Manica e Maputo perdeu 1 assento cada. Se também retirarmos os votos inflacionados, estimamos que a Renamo teria ganho 5 dos 8 assentos (3 na Zambézia, 1 em Nampula e 1 em Tete).

A lei eleitoral permite que a CNE ou CC anule parcial de completamente o processo eleitoral. "São são julgadas nulas, desde que se haja verificado ilegalidades que possam influir substancialmente no resultado geral das eleições", diz a Lei. Com certeza que 5 ou 8 assentos parlamentares alocados ilegalmente são substanciais para alterar o resultado.

Votos retirados da oposição

Dois tipos de votos são excluídos durante a contagem: votos em branco nos quais nenhum candidato é indicado e votos nulos nos quais não está claro qual candidato foi escolhido ou onde uma palavra foi escrita no boletim de voto. No passado, votos inválidos eram requalificados pela CNE. Nas eleições presidenciais de 2014, as assembleias de voto consideraram inválidos 4,4% dos boletins de voto, mas a CNE aceitou mais de um quarto deles, deixando 3,2% inválidos. O processo de requalificação foi aberto ao público e

ficou óbvio que duas coisas haviam ocorrido nas assembleias de voto. Como os partidos da oposição reclamavam repetidamente, os boletins de voto da oposição tinham sido inutilizados deliberadamente por membros de mesa de voto, acrescentando marca de impressão digital para um segundo candidato; isso era óbvio em um número significativo de votos pois em cerca de uma dúzia ou mais de boletins de voto tinham uma mesma marca de impressão digital extra, precisamente no mesmo lugar no boletim de voto. Em 2014, notou-se uma nova fraude na qual um grupo de boletins de votos válidos da oposição foi simplesmente classificado com votos inválidos, provavelmente movidos de uma pilha no chão para outra no escuro durante a contagem na noite escura em assembleia de voto. Já não há mais requalificação

de votos aberta ao público, na CNE, mas não assumimos nenhuma alteração nos 1,2% dos boletins de voto incluídos indevidamente nos nulos. Tomamos 1,2% dos 6,8 milhões de votos como votos para a oposição tomada indevidamente, cerca de 82 000 votos. Votos em branco nunca são verificados. Nesta eleição, o número total de votos em branco foi de 4,2% de todos os votos. Novamente, a distribuição de votos em branco deve seguir uma distribuição normal e assumimos que quaisquer votos em branco acima de 8,5% dos votos em uma assembleia de voto são indevidamente retirados da oposição. Utilizando os dados da PVT, estimamos 28 000 votos em branco acima de 8,5% em mesas de voto individuais. Assim, somados estima-se em 110 000 votos indevidamente retirados da oposição.

Conclusão: uma nova forma de transparência

A democracia de Moçambique sempre foi incomum. Numa demonstração de transparência, os votos são contados na mesa de voto na presença de partidos, observadores e jornalistas. Mas as leis eleitorais sempre permitiram que as comissões eleitorais e os STAEs nos níveis distrital, provincial e nacional mudassem os resultados em segredo - algo inédito em outras democracias eleitorais. Nos ciclos eleitorais passados, a observação, a contagem paralela e um senso de justiça no sistema eleitoral e judicial equilibraram a abertura das assembleias de voto com o mundo fechado das comissões eleitorais.

Por exemplo, o distrito de Changara, em Tete, tornou-se uma piada permanente - é o distrito mais saudável de Moçambique porque ninguém morre, todos votam e todos votam na Frelimo. Mas em 2009, a CNE (em segredo, é claro) excluiu 50 mesas de voto de Changara porque o enchimento das urnas era particularmente gigante. E em 2013, o Conselho Constitucional realizou sua própria investigação depois que a contagem paralela mostrou uma vitória da oposição em Gurué, mas os resultados oficiais deram a vitória à Frelimo. O CC constatou fraude pelas comissões eleitorais do distrito de Gurué e da Zambézia e forçou a repetição das eleições autárquicas de 2013 em Gurué, vencidas pela oposição.

Mas nem a CNE nem o CC intervieram em resposta a irregularidades muito mais graves nas eleições autárquicas de 2018 e nas eleições gerais de 2019. Em vez disso, a transparência assumiu um significado totalmente novo - que o poder da máquina partidária da Frelimo foi demonstrado abertamente a observadores, jornalistas e outros partidos. Em Gaza, onde 329 430 pessoas foram registadas mais do que os adultos em idade de votar, a respeitada direção do Instituto Nacional de Estatística e do Censo Geral da População e Habitação foi demitida quando defenderam a precisão dos dados do Censo, que expôs a manipulação de dados de recenseamento eleitoral em Gaza. E o líder da observação eleitoral da

sociedade civil em Gaza foi morto a tiros por um esquadrão da morte composto por agentes da Polícia. Na Zambézia, mais de 1000 observadores da sociedade civil lhes foi recusada a emissão de credenciais para observar eleições enquanto mais de 10 000 "observadores" filiados à Frelimo receberam credenciais e em mesas de voto intimidaram abertamente os membros das mesas de voto, delegados de partidos da oposição, observadores nacionais e, em alguns casos, até observadores internacionais.

Embora os jornalistas e os correspondentes deste Boletim tenham sofrido mais ameaças em 2019 do que no passado, com quase uma dezena detidos em circunstâncias intimidatórias e só libertos com a intervenção de advogados, permaneceram em grande parte livres para reportar. Eles estiveram livres para denunciar o roubo aberto de votos em pelo menos quatro municípios em 2018, onde contagens paralelas mostraram vitórias da oposição, mas contagens oficiais realizadas em segredo deram vitórias à Frelimo. E fomos livres para denunciar uma vitória esmagadora em 2019, na qual a Frelimo venceu todos os distritos e províncias.

A transparência não diz mais respeito às próprias eleições, mas sim à demonstração do poder da máquina partidária da Frelimo. Em Moçambique há transparência na manipulação das eleições e todos podem ver.

Detalhes das três eleições

Realizaram-se três eleições no dia 15 de Outubro de 2019:

- Eleições presidenciais em Moçambique e na diáspora.
- Eleições para a Assembleia da República (AR). Os círculos eleitorais são as 10 províncias, a Cidade de Maputo, África e Europa.
- Assembleias Provinciais em 10 províncias, mas não na Cidade de Maputo, África, ou Europa. Os círculos eleitorais são os distritos, mais um círculo eleitoral para toda a província. Os eleitores votam apenas uma vez, mas o voto é aplicado às listas de distritos e províncias. Assim, o voto provincial é o total dos votos do distrito. O cabeça-de-lista provincial com mais votos é eleito governador.

Validation and proclamation of results- Constitutional Council

Validação e Proclamação dos Resultados Eleitorais - Conselho Constitucional

Acórdão no 25/CC/2019 de 22 de Dezembro (2nd correction - 2ª correção)

Presidente da República

Província	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Válidos - Valid Votes				
Province	Registered	Voters	Turnout	Nyusi	Simango	Momade	Albino	Total
Niassa	677 764	300 212	44.29%	188 030	8 782	76 439	1 578	274 829
Cabo Delgado	1 185 024	582 380	49.14%	385 996	19 111	106 262	3 651	515 020
Nampula	2 361 973	1 013 529	42.91%	546 485	34 268	314 446	17 205	912 404
Zambézia	2 140 125	917 219	42.86%	541 399	29 403	236 344	5 903	813 049
Tete	1 119 378	671 152	59.96%	476 113	13 491	122 810	2 851	615 265
Manica	893 426	543 112	60.79%	381 822	12 554	113 204	2 555	510 135
Sofala	1 029 354	593 725	57.68%	377 902	65 066	111 925	2 612	557 505
Inhambane	657 142	352 659	53.67%	266 276	14 404	43 763	2 818	327 261
Gaza	1 166 011	741 513	63.59%	679 929	14 555	20 535	2 683	717 702
Maputo Prov	1 015 798	552 913	54.43%	387 489	29 509	113 928	1 806	532 732
Maputo Cidade	701 184	410 594	58.56%	276 108	29 472	91 628	1 603	398 811
África	212 663	143 479	67.47%	130 598	2 830	5 285	778	139 491
Europe	2 479	1 439	58.05%	1 025	154	217	5	1 401
Total	13 162 321	6 823 926	51.84%	4 639 045	273 397	1 356 644	46 043	6 315 129

Província	Votos Válidos - Valid Votes				Votos em Branco		Votos Nulos	
Province	Nyusi	Simango	Momade	Albino	Blank votes		Invalid votes	
Niassa	68.42%	3.20%	27.81%	0.57%	14 552	4.85%	10 831	3.61%
Cabo Delgado	74.95%	3.71%	20.63%	0.71%	46 978	8.07%	20 382	3.50%
Nampula	59.90%	3.76%	34.46%	1.89%	62 616	6.18%	38 509	3.80%
Zambézia	66.59%	3.62%	29.07%	0.73%	55 585	6.06%	48 585	5.30%
Tete	77.38%	2.19%	19.96%	0.46%	26 765	3.99%	29 122	4.34%
Manica	74.85%	2.46%	22.19%	0.50%	19 332	3.56%	13 645	2.51%
Sofala	67.78%	11.67%	20.08%	0.47%	19 925	3.36%	16 295	2.74%
Inhambane	81.37%	4.40%	13.37%	0.86%	13 703	3.89%	11 695	3.32%
Gaza	94.74%	2.03%	2.86%	0.37%	11 674	1.57%	12 137	1.64%
Maputo Prov	72.74%	5.54%	21.39%	0.34%	8 203	1.48%	11 978	2.17%
Maputo Ciity	69.23%	7.39%	22.98%	0.40%	4 096	1.00%	7 687	1.87%
África	93.62%	2.03%	3.79%	0.56%	998	0.70%	2 990	2.08%
Europe	73.16%	10.99%	15.49%	0.36%	19	1.32%	19	1.32%
Total	73.46%	4.33%	21.48%	0.73%	284 446	4.17%	224 351	3.29%

Deputados da Assembleia da República, Member of Parliament

Província	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Válidos - Valid Votes				
Province	Registered	Voters	Turnout	Frelimo	MDM	Renamo	Others/ Outros	Total
Niassa	677 764	282 112	41.82%	170 176	7 404	70 730	4 779	253 089
Cabo Delgado	1 185 024	582 521	49.16%	353 205	14 817	96 673	12 541	477 236
Nampula	2 361 973	1 001 505	42.40%	495 642	28 612	299 150	30 726	854 130
Zambézia	2 140 125	906 078	42.34%	505 906	26 217	228 615	11 739	772 477
Tete	1 119 378	666 808	59.57%	457 526	12 208	121 808	7 794	599 336
Manica	893 426	542 520	60.72%	365 358	12 568	110 945	7 456	496 327
Sofala	1 029 354	593 058	57.61%	361 408	67 115	110 386	6 449	545 483
Inhambane	657 142	353 641	53.85%	246 212	14 114	44 016	13 886	318 228
Gaza	1 166 011	730 360	62.64%	654 244	11 973	18 180	15 126	699 523
Maputo Prov	1 015 798	553 632	54.50%	343 267	25 672	136 144	13 254	518 331
Maputo Ciity	701 184	409 247	58.37%	242 127	30 647	109 362	10 514	392 627
África	212 663	143 496	67.48%	127 286	2 782	5 386	1 853	137 307
Europe	2 479	1 438	58.01%	940	161	264	31	1 396
Total	13 162 321	6 766 416	51.41%	4 323 298	254 290	1 351 659	136 274	6 065 521

Província	Votos Válidos - Valid Votes				Votos em Branco		Votos Nulos	
Province	Frelimo	MDM	Renamo	Others/ Outros	Blank votes		Invalid votes	
Niassa	67.24%	2.93%	27.95%	1.89%	16 074	5.70%	12 949	4.59%
Cabo Delgado	74.01%	3.10%	20.26%	2.63%	77 069	13.23%	28 216	4.84%
Nampula	58.03%	3.35%	35.02%	3.60%	103 179	10.30%	44 196	4.41%
Zambézia	65.49%	3.39%	29.60%	1.52%	65 921	7.28%	67 680	7.47%
Tete	76.34%	2.04%	20.32%	1.30%	33 862	5.08%	33 610	5.04%
Manica	73.61%	2.53%	22.35%	1.50%	32 134	5.92%	14 057	2.59%
Sofala	66.25%	12.30%	20.24%	1.18%	25 637	4.32%	21 938	3.70%
Inhambane	77.37%	4.44%	13.83%	4.36%	22 384	6.33%	13 029	3.68%
Gaza	93.53%	1.71%	2.60%	2.16%	16 509	2.26%	14 328	1.96%
Maputo Prov	66.22%	4.65%	26.27%	2.56%	19 854	3.59%	15 441	2.79%
Maputo Ciity	61.66%	7.81%	27.85%	2.68%	8 357	2.04%	8 240	2.01%
África	92.70%	2.03%	3.92%	1.35%	1 228	0.86%	4 961	3.46%
Europe	67.34%	11.53%	18.91%	2.22%	21	1.46%	21	1.46%
Total	71.28%	4.19%	22.28%	2.25%	422 229	6.24%	280 037	4.14%

Votos de AR para pequenos partidos - Small party AR votes

Partido	votos total	%	MJRD	4054	0.07%	PANAOC	5173	0.09%
Amusi	27,277	0.45%	PEMO	3313	0.05%	PT	2868	0.05%
PUR	5399	0.09%	PARENA	6469	0.11%	PLD	4143	0.07%
PJDM	2036	0.03%	PVM	5361	0.09%	PANAMO/CRD	6768	0.11%
MPD	5883	0.10%	PASOMO	2006	0.03%	UM	8347	0.14%
ND	25046	0.41%	UE	3769	0.06%			
UD	2720	0.04%	PARESO	3365	0.06%			
PPPM	3431	0.06%	UDM	2579	0.04%	TOTAL	136274	2.25%
MONARUMO	3820	0.06%	PEC-MT	1783	0.03%			

Mandatos para Deputados à Assembleia da República e de Membros das Assembleias Provinciais

Seats in national parliament (AR) and provincial assemblies

Assembleia da República

Província	AR Assentos - Seats			
	Fr	M	R	Tot
Niassa	9		4	13
C. Delgado	18		5	23
Nampula	28	1	16	45
Zambézia	28	1	12	41
Tete	17		4	21
Manica	13		4	17
Sofala	14	2	4	20
Inhambane	11		2	13
Gaza	22			22
Maputo Prov	14	1	5	20
Maputo City	8	1	4	13
África	1			1
Europe	1			1
Total	184	6	60	250

F = Frelimo, M = MDM,
R = Renamo, Tot = Total

Assembleias Provinciais

	Fr	M	Re	Tot
Niassa				
Lichinga	7		3	10
Cuamba	6		3	9
Chimbunila	2			2
Lago	3		2	5
Majune	1			1
Mandimba	3		1	4
Marrupa	2		1	3
Maua	2			2
Mavago	1			1
Mecanhelas	3		2	5
Mecula	1			1
Metarica	2			2
Muembe	1			1
Njauma	2			2
Nipepe	1			1
Sanga	2			2
PROVINCE	7		2	9
TOTAL	46		14	60

	Fr	M	Re	Tot
C. Delgado				
Pemba	5		2	7
Ancuabe	3		1	4
Balama	4		1	5
Chiure	6		3	9
Ibo	1			1
Macomia	3			3
Mecufi	2			2
Meluco	1			1
Metunge	2			2
Moc. d Praia	4		1	5
Monepuez	6		3	9
Mueda	6			6
Muidumbe	3			3
Namuno	5		2	7
Nangade	3			3
Palma	1		1	2
Quissanga	1			1
PROVINCE	10		2	12
TOTAL	66		16	82
Nampula				
Nampula Cid.	9		5	14
Angoche	4		2	6
Eráti-Namapa	4		2	6
Ilha da Moç.	1			1
Lalaua	2			2
Larde	1			1
Liúpo	1			1
Malema	3		1	4
Meconta	2		1	3
Mecuburi	2		1	3
Memba	2		1	3
Mogincual	1			1
Mogovolas	3		1	4
Moma	2		2	4
Monapo	4		2	6
Mossuril	1		1	2
Muecate	1			1
Murupula	2		1	3
Nacala-Porto	3		2	5
Nacala-a-Velha	1		1	2
Nacarora	1		1	2
Rapale	1		1	2
Ribáue	3		1	4
PROVINCE	9		5	14
TOTAL	63		31	94

	Fr	M	Re	Tot
Zambézia				
Quelimane	4		3	7
Alto Molócue	4		2	6
Gurué	5		2	7
Mag. da Costa	3		1	4
Milange	5		3	8
Mocuba	5		3	8
Chinde	1			1
Derre	1			1
Gilé*	3		1	4
Ile	4			4
Inhassunge	1			1
Luabo	1			1
Lugela	3			3
Mocubela	1			1
Mopeia	2			2
Molumbo	2			2
Morrumbala	4		1	5
Mulevala	1			1
Namacurra	2		1	3
Namarroi	2			2
Nicoadala	2		1	3
Pebane	3		1	4
PROVINCE	10		4	14
TOTAL	69		23	92
Tete				
Tete Cidade	7		3	10
Angónia	7		6	13
Cahora Bas.	4			4
Changara	3			3
Chifunde	3			3
Chiúta	3			3
Macanga	3			3
Magoé	3			3
Marávia	2		1	3
Moatize	6		4	10
Mutarara	5			5
Tsangano	3		1	4
Zumbu	2			2
Marara	2			2
Doa	2			2
PROVINCE	10		2	12
TOTAL	65		17	82

	Fr	M	Re	Tot
Manica				
Chimoio	10		4	14
Báruè	7		1	8
Gondola	5		2	7
Manica Dist.	6		2	8
Guro	3			3
Macate	3			3
Machaze	3		1	4
Macossa	2			2
Mossurize	4		2	6
Sussendnga	5		1	6
Tambara	2			2
Vanduzi	4		1	5
PROVINCE	9		3	12
TOTAL	63		17	80
Sofala				
Beira	11	7	4	22
Buzi	3		2	5
Caia	3			3
Chemba	2			2
Cheringoma	1		1	2
Chibabava	3			3
Dondo	6		1	7
Gorongosa	5		1	6
Marchanga	1			1
Maríngue	3			3
Marromeu	5			5
Muanza	1			1
Nhamatanda	7		2	9
PROVINCE	9	1	2	12
TOTAL	60	8	13	81

	Fr	M	Re	Tot
Inhambane				
Inhamb. C.	4			4
Funhalouro	2			2
Govuro	1			1
Homoíne	4			4
Inharrime	3			3
Inhassoro	2			2
Jangamo	3			3
Mabote	2			2
Massinga	6		2	8
Maxixe	5		1	6
Morrumbene	3		1	4
Panda	1			1
Vilankulo	5		1	6
Zavala	5			5
PROVINCE	8		1	9
TOTAL	54		6	60

Gaza				
Xai-Xai	8		1	9
Bilene	8			8
Chibuto	11			11
Chicualacuala	1			1
Chigubo	1			1
Chokwe	14			14
Chongoene	5			5
Guijá	3			3
Limpopo	6			6
Mabalane	1			1
Mandlakazi	8			8
Mapai	1			1
Massangena	1			1
Massingir	1			1
PROVINCE	12			12
TOTAL	81		1	82

	Fr	M	Re	Tot
Maputo Pr.				
Matola	25	2	12	39
Boane	6		2	8
Magude	2			2
Manhiça	7			7
Marracuene	6		1	7
Matutuíne	1			1
Moamba	3			3
Namaacha	2			2
PROVINCE	9		3	12
TOTAL	61	2	18	81
Nacional	569	10	137	716

Votos por distrito para assembleias provinciais

Votes per district for provincial assemblies

Distrito	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Válidos - Valid Votes										Votos em Branco		Votos Nulos	
District	Registered	Voters	Turnout	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others	Total	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others		Blank votes		Invalid votes	
Niassa																	
Lichinga	131 702	57 504	43.7%	36 994	1 486	15 324		53 804	68.8%	2.8%	28.5%			2 930	5.1%	770	1.3%
Cuamba	124 113	42 543	34.3%	22 634	1 407	14 967		39 008	58.0%	3.6%	38.4%			2 119	5.0%	1 416	3.3%
Chimbanila	26 275	13 568	51.6%	9 491	263	2 321		12 075	78.6%	2.2%	19.2%			839	6.2%	654	4.8%
Lago	59 881	28 555	47.7%	17 055	671	8 958		26 684	63.9%	2.5%	5.9%			1 176	4.1%	695	2.4%
Majune	17 037	8 777	51.5%	5 830	268	1 562		7 660	76.1%	3.5%	20.4%			896	10.2%	221	2.5%
Mandimba	51 401	21 827	42.5%	12 835	679	6 033		19 547	65.7%	3.5%	30.9%			1 482	6.8%	798	3.7%
Marrupa	36 183	14 071	38.9%	8 825	731	3 018		12 574	70.2%	5.8%	24.0%			938	6.7%	559	4.0%
Maua	29 678	11 567	39.0%	7 347	554	2 357		10 258	71.6%	5.4%	23.0%			987	8.5%	322	2.8%
Mavago	16 448	9 068	55.1%	7 455	128	765		8 348	89.3%	1.5%	9.2%			560	6.2%	160	1.8%
Mecanhelas	70 184	30 946	44.1%	14 839	1 561	11 254		27 654	53.7%	5.6%	40.7%			1 714	5.5%	1 578	5.1%
Mecula	9 815	6 592	67.2%	4 082	301	1 362		5 745	71.1%	5.2%	23.7%			738	11.2%	109	1.7%
Metarica	20 892	11 074	53.0%	6 859	379	2 561		9 799	70.0%	3.9%	26.1%			794	7.2%	481	4.3%
Muembe	17 433	9 968	57.2%	7 917	172	1 156		9 245	85.6%	1.9%	12.5%			409	4.1%	314	3.2%
Njauma	24 182	13 255	54.8%	7 662	372	3 771		11 805	64.9%	3.2%	31.9%			726	5.5%	724	5.5%
Nipepe	17 438	8 071	46.3%	5 295	213	1 564		7 072	74.9%	3.0%	22.1%			804	10.0%	195	2.4%
Sanga	25 102	12 571	50.1%	9 194	237	1 915		11 346	81.0%	2.1%	16.9%			976	7.8%	249	2.0%
PROVINCE	677 764	299 957	44.3%	184 314	9 422	78 888		272 624	67.6%	3.5%	28.9%			18 088	6.0%	9 245	3.1%
Cabo Delgado							Pahumo					Pahumo					
Pemba	113 872	57 950	50.9%	36 895	2 262	15 075	321	54 553	67.6%	4.1%	27.6%	0.6%		2 225	3.8%	1 172	2.0%
Ancuabe	76 638	33 663	43.9%	20 100	1 207	6 408	270	27 985	71.8%	4.3%	22.9%	1.0%		4 627	13.7%	1 051	3.1%
Balama	85 239	28 958	34.0%	16 040	1 089	5 916	311	23 356	68.7%	4.7%	25.3%	1.3%		4 549	15.7%	1 053	3.6%
Chiure	152 967	67 505	44.1%	31 022	2 166	19 899	691	53 778	57.7%	4.0%	37.0%	1.3%		11 314	16.8%	2 413	3.6%
Ibo	6 861	4 407	64.2%	2 773	123	846	23	3 765	73.7%	3.3%	22.5%	0.6%		431	9.8%	211	4.8%
Macomia	53 293	29 253	54.9%	21 094	754	3 042	128	25 018	84.3%	3.0%	12.2%	0.5%		3 334	11.4%	901	3.1%
Mecufi	27 632	15 426	55.8%	7 921	442	3 704	132	12 199	64.9%	3.6%	30.4%	1.1%		2 506	16.2%	721	4.7%
Meluco	19 336	12 908	66.8%	8 946	394	1 153	63	10 556	84.7%	3.7%	10.9%	0.6%		1 968	15.2%	384	3.0%
Metunge	39 389	21 326	54.1%	13 480	839	3 457	174	17 950	75.1%	4.7%	19.3%	1.0%		2 713	12.7%	663	3.1%
Mocimboa d Praia	78 558	41 962	53.4%	27 321	699	9 415	196	37 631	72.6%	1.9%	25.0%	0.5%		2 991	7.1%	1 340	3.2%
Monepuez	146 758	54 482	37.1%	29 930	2 076	14 520	337	46 863	63.9%	4.4%	31.0%	0.7%		5 800	10.6%	1 819	3.3%
Mueda	96 306	55 431	57.6%	47 916	1 183	976	160	50 235	95.4%	2.4%	1.9%	0.3%		3 882	7.0%	1 314	2.4%
Muidumbe	54 798	38 454	70.2%	35 103	501	355	68	36 027	97.4%	1.4%	1.0%	0.2%		1 815	4.7%	612	1.6%
Namuno	119 912	47 938	40.0%	25 561	1 828	9 337	491	37 217	68.7%	4.9%	25.1%	1.3%		8 818	18.4%	1 903	4.0%
Nangade	49 043	34 280	69.9%	25 429	854	2 517	168	28 968	87.8%	2.9%	8.7%	0.6%		4 093	11.9%	1 219	3.6%
Palma	37 934	23 216	61.2%	11 691	861	6 672	205	19 429	60.2%	4.4%	34.3%	1.1%		2 702	11.6%	1 085	4.7%
Quissanga	26 488	17 018	64.2%	10 208	459	2 989	135	13 791	74.0%	3.3%	21.7%	1.0%		2 506	14.7%	721	4.2%
PROVINCE	1 185 024	584 177	49.3%	371 430	17 737	106 281	3 873	499 321	74.4%	3.6%	21.3%	0.8%		66 274	11.3%	18 582	3.2%
Nampula							Amusi					Amusi					
Nampula Cidade	416 386	210 432	50.5%	122 533	8 500	70 159	2 578	203 770	60.1%	4.2%	34.4%	1.3%		3 121	1.5%	3 541	1.7%
Angoche	170 677	86 242	50.5%	49 402	1 722	26 570	1 118	78 812	62.7%	2.2%	33.7%	1.4%		4 345	5.0%	3 085	3.6%
Eráti-Namapa	167 840	62 804	37.4%	31 834	3 143	14 864	1 098	50 939	62.5%	6.2%	29.2%	2.2%		9 643	15.4%	2 222	3.5%
Ilha da Moçam	36 012	18 821	52.3%	9 962	309	6 899	167	17 337	57.5%	1.8%	39.8%	1.0%		793	4.2%	691	3.7%
Lalaua	50 252	22 123	44.0%	12 408	538	4 297	260	17 503	70.9%	3.1%	24.6%	1.5%		3 666	16.6%	954	4.3%
Larde	23 673	14 293	60.4%	8 468	372	3 656	214	12 710	66.6%	2.9%	28.8%	1.7%		1 075	7.5%	508	3.6%
Liúpo	37 107	18 893	50.9%	9 014	774	5 959	604	16 351	55.1%	4.7%	36.4%	3.7%		1 978	10.5%	564	3.0%

Votos por distrito para assembleias provinciais

Votes per district for provincial assemblies

Distrito	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Válidos - Valid Votes										Votos em Branco		Votos Nulos	
District	Registered	Voters	Turnout	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others	Total	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others		Blank votes		Invalid votes	
Malema	109 510	39 904	36.4%	23 878	1 160	11 124	352	36 514	65.4%	3.2%	30.5%	1.0%		2 414	6.0%	976	2.4%
Mecenta	90 620	35 103	38.7%	18 068	1 088	10 176	838	30 170	59.9%	3.6%	33.7%	2.8%		3 234	9.2%	1 699	4.8%
Mecuburi	85 334	32 885	38.5%	17 504	1 474	9 370	552	28 900	60.6%	5.1%	32.4%	1.9%		2 694	8.2%	1 291	3.9%
Memba	100 757	38 345	38.1%	17 884	1 139	11 598	926	31 547	56.7%	3.6%	36.8%	2.9%		4 906	12.8%	1 892	4.9%
Mogincual	31 785	15 673	49.3%	9 219	361	3 710	294	13 584	67.9%	2.7%	27.3%	2.2%		1 496	9.5%	593	3.8%
Mogovolas	116 143	48 907	42.1%	26 687	1 377	12 134	928	41 126	64.9%	3.3%	29.5%	2.3%		5 674	11.6%	2 107	4.3%
Moma	101 320	44 713	44.1%	21 372	1 136	14 551	1 478	38 537	55.5%	2.9%	37.8%	3.8%		4 412	9.9%	1 764	3.9%
Monapo	188 478	67 149	35.6%	34 656	2 723	21 956	1 296	60 631	57.2%	4.5%	36.2%	2.1%		6 518	9.7%	0	0.0%
Mossuril	67 344	35 316	52.4%	16 803	814	10 749	1 192	29 558	56.8%	2.8%	36.4%	4.0%		3 719	10.5%	2 039	5.8%
Muecate	38 883	15 222	39.1%	8 464	553	3 892	402	13 311	63.6%	4.2%	29.2%	3.0%		1 471	9.7%	440	2.9%
Murrupula	83 622	30 120	36.0%	17 117	924	8 260	545	26 846	63.8%	3.4%	30.8%	2.0%		2 611	8.7%	663	2.2%
Nacala-Porto	151 403	80 200	53.0%	36 440	1 331	35 810	570	74 151	49.1%	1.8%	48.3%	0.8%		3 263	4.1%	2 786	3.5%
Nacala-a-Velha	43 941	21 462	48.8%	10 843	593	6 111	321	17 868	60.7%	3.3%	34.2%	1.8%		1 695	7.9%	1 899	8.8%
Nacarao	71 611	25 940	36.2%	12 152	889	6 991	473	20 505	59.3%	4.3%	34.1%	2.3%		3 676	14.2%	1 759	6.8%
Rapale	61 545	23 195	37.7%	12 465	856	6 812	424	20 557	60.6%	4.2%	33.1%	2.1%		1 854	8.0%	784	3.4%
Ribáue	117 730	43 038	36.6%	28 031	1 284	8 957	738	39 010	71.9%	3.3%	23.0%	1.9%		3 009	7.0%	1 019	2.4%
PROVINCE	2 361 973	1 030 780	43.6%	555 204	33 060	314 605	17 368	920 237	60.3%	3.6%	34.2%	1.9%		77 267	7.5%	33 276	3.2%
Zambézia																	
Quelimane	198 132	103 573	52.3%	51 689	4 639	39 371		95 699	54.0%	4.8%	41.1%			4 481	4.3%	3 393	3.3%
Alto Molócue	169 772	71 954	42.4%	41 847	1 999	21 387		65 233	64.2%	3.1%	32.8%			4 087	5.7%	2 634	3.7%
Gurué	190 673	59 940	31.4%	34 103	4 858	15 257		54 218	62.9%	9.0%	28.1%			3 485	5.8%	2 237	3.7%
Maganja da Cos	100 305	38 552	38.4%	19 933	1 714	11 487		33 134	60.2%	5.2%	34.7%			3 374	8.8%	2 044	5.3%
Milange	213 952	91 072	42.6%	46 904	2 555	29 068		78 527	59.7%	3.3%	37.0%			5 336	5.9%	7 209	7.9%
Mocuba	211 123	64 565	30.6%	35 768	2 364	20 065		58 197	61.5%	4.1%	34.5%			4 142	6.4%	2 226	3.4%
Chinde	35 372	17 360	49.1%	9 271	766	4 283		14 320	64.7%	5.3%	29.9%			1 824	10.5%	1 216	7.0%
Derre	40 943	16 705	40.8%	11 835	339	2 799		14 973	79.0%	2.3%	18.7%			1 161	7.0%	571	3.4%
Gilé*	103 486	30 582	29.6%	16 175	1 019	10 190		27 384	59.1%	3.7%	37.2%			2 204	7.2%	994	3.3%
Ile	103 919	52 323	50.3%	38 362	1 227	8 085		47 674	80.5%	2.6%	17.0%			3 271	6.3%	1 378	2.6%
Inhassunge	36 316	18 416	50.7%	11 208	688	4 234		16 130	69.5%	4.3%	26.2%			1 165	6.3%	1 121	6.1%
Luabo	24 716	12 038	48.7%	6 840	362	3 393		10 595	64.6%	3.4%	32.0%			949	7.9%	494	4.1%
Lugela	68 810	33 914	49.3%	24 097	943	5 045		30 085	80.1%	3.1%	16.8%			2 165	6.4%	1 664	4.9%
Mocubela	35 551	16 858	47.4%	9 909	653	4 226		14 788	67.0%	4.4%	28.6%			1 534	9.1%	536	3.2%
Mopeia	61 131	29 247	47.8%	20 021	452	5 719		26 192	76.4%	1.7%	21.8%			1 639	5.6%	1 416	4.8%
Molumbo	52 907	28 269	53.4%	18 965	875	5 410		25 250	75.1%	3.5%	21.4%			1 254	4.4%	1 765	6.2%
Morrumbala	130 710	56 568	43.3%	32 959	1 497	15 728		50 184	65.7%	3.0%	31.3%			4 271	7.6%	2 113	3.7%
Mulevala	34 016	16 812	49.4%	11 750	307	2 951		15 008	78.3%	2.0%	19.7%			990	5.9%	814	4.8%
Namacurra	81 186	34 492	42.5%	18 075	1 398	9 889		29 362	61.6%	4.8%	33.7%			3 474	10.1%	1 656	4.8%
Namarroi	60 072	26 511	44.1%	17 126	661	5 212		22 999	74.5%	2.9%	22.7%			1 631	6.2%	1 881	7.1%
Nicoadala	81 854	46 496	56.8%	29 624	1 624	11 102		42 350	70.0%	3.8%	26.2%			2 739	5.9%	1 407	3.0%
Pebane	105 179	55 793	53.0%	30 355	1 864	17 623		49 842	60.9%	3.7%	35.4%			3 985	7.1%	1 966	3.5%
PROVINCE	2 140 125	922 040	43.1%	536 816	32 804	252 524		822 144	65.3%	4.0%	30.7%			59 161	6.4%	40 735	4.4%
Tete																	
Tete Cidade	166 572	89 728	53.9%	57 362	3 150	24 274		84 786	67.7%	3.7%	28.6%			3 233	3.6%	1 709	1.9%
Angónia	213 125	91 632	43.0%	37 890	3 941	37 177		79 008	48.0%	5.0%	47.1%			6 789	7.4%	5 835	6.4%
Cahora Bassa	56 913	44 952	79.0%	39 396	649	2 287		42 332	93.1%	1.5%	5.4%			1 578	3.5%	1 042	2.3%

Votos por distrito para assembleias provinciais

Votes per district for provincial assemblies

Distrito	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Válidos - Valid Votes										Votos em Branco		Votos Nulos	
District	Registered	Voters	Turnout	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others	Total	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others	Blank votes	Invalid votes			
Changara	52 128	44 891	86.1%	41 270	226	1 150		42 646	96.8%	0.5%	2.7%		1 448	3.2%	797	1.8%	
Chifunde	56 599	35 175	62.1%	27 400	584	4 344		32 328	84.8%	1.8%	13.4%		1 529	4.3%	1 318	3.7%	
Chiúta	44 212	30 817	69.7%	25 215	456	2 332		28 003	90.0%	1.6%	8.3%		1 244	4.0%	1 570	5.1%	
Macanga	43 645	35 880	82.2%	29 659	477	3 549		33 685	88.0%	1.4%	10.5%		968	2.7%	1 227	3.4%	
Magoé	46 130	35 804	77.6%	32 016	645	1 377		34 038	94.1%	1.9%	4.0%		1 222	3.4%	544	1.5%	
Marávia	42 370	25 067	59.2%	16 075	466	5 774		22 315	72.0%	2.1%	25.9%		1 594	6.4%	1 158	4.6%	
Moatize	157 949	71 284	45.1%	36 030	1 998	25 535		63 563	56.7%	3.1%	40.2%		5 459	7.7%	2 262	3.2%	
Mutarara	74 088	50 228	67.8%	39 430	544	6 052		46 026	85.7%	1.2%	13.1%		1 831	3.6%	2 371	4.7%	
Tsangano	64 399	34 339	53.3%	23 407	640	6 684		30 731	76.2%	2.1%	21.8%		1 631	4.7%	1 977	5.8%	
Zumbu	32 881	29 725	90.4%	24 544	245	2 672		27 461	89.4%	0.9%	9.7%		365	1.2%	1 899	6.4%	
Marara	31 326	25 611	81.8%	22 306	287	1 109		23 702	94.1%	1.2%	4.7%		1 383	5.4%	526	2.1%	
Doa	37 041	24 785	66.9%	17 778	383	4 135		22 296	79.7%	1.7%	18.5%		1 876	7.6%	613	2.5%	
PROVINCE	1 119 378	669 918	59.8%	469 778	14 691	128 451		612 920	76.6%	2.4%	21.0%		32 150	4.8%	24 848	3.7%	
Manica																	
Chimoio	191 647	103 278	53.9%	63 333	4 901	30 902		99 136	63.9%	4.9%	31.2%		2 977	2.9%	1 164	1.1%	
Báruè	102 316	70 487	68.9%	57 290	887	8 366		66 543	86.1%	1.3%	12.6%		3 035	4.3%	909	1.3%	
Gondola	96 732	50 325	52.0%	33 784	1 592	11 473		46 849	72.1%	3.4%	24.5%		2 433	4.8%	1 043	2.1%	
Manica Dist.	101 493	57 763	56.9%	40 189	1 509	12 337		54 035	74.4%	2.8%	22.8%		2 783	4.8%	944	1.6%	
Guro	40 687	29 984	73.7%	23 080	419	4 186		27 685	83.4%	1.5%	15.1%		1 772	5.9%	527	1.8%	
Macate	38 837	25 135	64.7%	18 164	475	4 723		23 362	77.8%	2.0%	20.2%		1 194	4.8%	579	2.3%	
Machaze	51 960	32 220	62.0%	17 926	628	9 839		28 393	63.1%	2.2%	34.7%		2 566	8.0%	1 261	3.9%	
Macossa	22 099	16 896	76.5%	12 303	224	3 110		15 637	78.7%	1.4%	19.9%		1 020	6.0%	239	1.4%	
Mossurize	81 610	47 496	58.2%	27 195	959	13 555		41 709	65.2%	2.3%	32.5%		3 302	7.0%	2 485	5.2%	
Sussendnga	81 123	41 597	51.3%	28 079	992	8 796		37 867	74.2%	2.6%	23.2%		2 759	6.6%	970	2.3%	
Tambara	23 103	18 588	80.5%	14 175	216	2 871		17 262	82.1%	1.3%	16.6%		1 070	5.8%	256	1.4%	
Vanduzi	61 819	48 757	78.9%	36 750	1 039	8 136		45 925	80.0%	2.3%	17.7%		2 040	4.2%	792	1.6%	
PROVINCE	893 426	542 526	60.7%	372 269	13 841	118 296		504 406	73.8%	2.7%	23.5%		26 951	5.0%	11 169	2.1%	
Sofala							Parena					Parena					
Beira	330 407	171 520	51.9%	79 631	51 728	33 194	477	165 030	48.3%	31.3%	20.1%	0.3%	3 367	2.0%	3 123	1.8%	
Buzi	67 692	34 780	51.4%	15 588	3 375	11 605	315	30 883	50.5%	10.9%	37.6%	1.0%	1 800	5.2%	2 097	6.0%	
Caia	47 932	30 239	63.1%	23 934	565	4 166	96	28 761	83.2%	2.0%	14.5%	0.3%	1 100	3.6%	378	1.3%	
Chemba	35 432	23 156	65.4%	16 958	356	3 693	174	21 181	80.1%	1.7%	17.4%	0.8%	1 388	6.0%	587	2.5%	
Cheringoma	25 308	14 871	58.8%	8 333	291	4 903	113	13 640	61.1%	2.1%	35.9%	0.8%	681	4.6%	550	3.7%	
Chibabava	38 407	20 111	52.4%	14 199	298	3 069	104	17 670	80.4%	1.7%	17.4%	0.6%	794	3.9%	1 647	8.2%	
Dondo	98 917	70 507	71.3%	52 450	3 526	11 240	168	67 384	77.8%	5.2%	16.7%	0.2%	1 568	2.2%	1 555	2.2%	
Gorongosa	90 528	42 456	46.9%	25 509	1 624	10 063	432	37 628	67.8%	4.3%	26.7%	1.1%	3 791	8.9%	1 037	2.4%	
Marchanga	21 734	13 564	62.4%	7 690	1 924	2 360	122	12 096	63.6%	15.9%	19.5%	1.0%	518	3.8%	950	7.0%	
Maríngue	40 783	25 264	61.9%	17 986	469	4 027	233	22 715	79.2%	2.1%	17.7%	1.0%	1 788	7.1%	761	3.0%	
Marromeu	75 751	54 857	72.4%	44 190	2 873	6 574	137	53 774	82.2%	5.3%	12.2%	0.3%	634	1.2%	449	0.8%	
Muanza	22 428	17 305	77.2%	13 742	277	2 615	39	16 673	82.4%	1.7%	15.7%	0.2%	335	1.9%	297	1.7%	
Nhamatanda	134 035	71 408	53.3%	44 984	2 634	17 879	560	66 057	68.1%	4.0%	27.1%	0.8%	3 728	5.2%	1 623	2.3%	
PROVINCE	1 029 354	590 038	57.3%	365 194	69 940	115 388	2 970	553 492	66.0%	12.6%	20.8%	0.5%	21 492	3.6%	15 054	2.6%	
Inhambane							Pareso					Pareso					
Inhambane Cid.	48 358	27 451	56.8%	20 687	1 411	3 719	113	25 930	79.8%	5.4%	14.3%	0.4%	791	2.9%	730	2.7%	

Votos por distrito para assembleias provinciais

Votes per district for provincial assemblies

Distrito	Inscritos	Votantes	Afluência	Votos Válidos - Valid Votes										Votos em Branco		Votos Nulos		
District	Registered	Voters	Turnout	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others	Total	Frelimo	MDM	Renamo	Outros-others	Blank votes	Invalid votes				
Funhalouro	19 031	16 005	84.1%	14 197	197	404	106	14 904	95.3%	1.3%	2.7%	0.7%	710	4.4%	391	2.4%		
Govuro	18 306	12 422	67.9%	7 558	597	3 072	118	11 345	66.6%	5.3%	27.1%	1.0%	650	5.2%	427	3.4%		
Homoíne	45 262	29 796	65.8%	22 655	1 251	3 087	293	27 286	83.0%	4.6%	11.3%	1.1%	1 593	5.3%	917	3.1%		
Inharrime	44 288	22 567	51.0%	16 200	939	2 853	313	20 305	79.8%	4.6%	14.1%	1.5%	1 520	6.7%	742	3.3%		
Inhassoro	26 977	19 550	72.5%	15 655	559	1 426	148	17 788	88.0%	3.1%	8.0%	0.8%	1 032	5.3%	730	3.7%		
Jangamo	41 156	21 553	52.4%	15 929	993	2 391	276	19 589	81.3%	5.1%	12.2%	1.4%	1 211	5.6%	753	3.5%		
Mabote	22 446	18 432	82.1%	15 743	521	720	101	17 085	92.1%	3.0%	4.2%	0.6%	779	4.2%	568	3.1%		
Massinga	104 074	41 285	39.7%	26 961	2 207	7 891	677	37 736	71.4%	5.8%	20.9%	1.8%	2 221	5.4%	1 328	3.2%		
Maxixe	70 431	34 122	48.4%	25 153	1 905	4 944	227	32 229	78.0%	5.9%	15.3%	0.7%	1 081	3.2%	812	2.4%		
Morrumbene	55 189	28 410	51.5%	18 704	1 413	5 375	367	25 859	72.3%	5.5%	20.8%	1.4%	1 529	5.4%	1 022	3.6%		
Panda	18 674	14 027	75.1%	11 293	402	779	129	12 603	89.6%	3.2%	6.2%	1.0%	978	7.0%	446	3.2%		
Vilankulo	78 161	39 641	50.7%	27 845	1 770	6 338	439	36 392	76.5%	4.9%	17.4%	1.2%	2 174	5.5%	1 075	2.7%		
Zavala	64 789	29 312	45.2%	21 146	1 208	3 788	316	26 458	79.9%	4.6%	14.3%	1.2%	1 701	5.8%	1 153	3.9%		
PROVINCE	657 142	354 573	54.0%	259 726	15 373	46 787	3 623	325 509	79.8%	4.7%	14.4%	1.1%	17 970	5.1%	11 094	3.1%		
Gaza																		
Xai-Xai	147 027	60 257	41.0%	47 966	3 556	6 643		58 165	82.5%	6.1%	11.4%		1 102	1.8%	990	1.6%		
Bilene	125 758	65 278	51.9%	58 808	1 710	1 962		62 480	94.1%	2.7%	3.1%		1 591	2.4%	1 207	1.8%		
Chibuto	181 793	114 565	63.0%	106 180	1 914	1 918		110 012	96.5%	1.7%	1.7%		2 657	2.3%	1 896	1.7%		
Chicualacuala	18 262	17 510	95.9%	17 241	31	86		17 358	99.3%	0.2%	0.5%		44	0.3%	108	0.6%		
Chigubo	13 982	13 318	95.3%	13 070	9	17		13 096	99.8%	0.1%	0.1%		61	0.5%	161	1.2%		
Chokwe	238 447	163 163	68.4%	151 662	3 535	3 063		158 260	95.8%	2.2%	1.9%		2 797	1.7%	2 106	1.3%		
Chongoene	82 443	57 665	69.9%	51 909	1 662	1 954		55 525	93.5%	3.0%	3.5%		1 255	2.2%	885	1.5%		
Guijá	52 284	47 213	90.3%	45 460	353	415		46 228	98.3%	0.8%	0.9%		412	0.9%	573	1.2%		
Limpopo	105 095	68 475	65.2%	62 311	1 340	1 492		65 143	95.7%	2.1%	2.3%		2 218	3.2%	1 114	1.6%		
Mabalane	19 435	17 936	92.3%	17 161	83	87		17 331	99.0%	0.5%	0.5%		106	0.6%	499	2.8%		
Mandlakazi	131 615	58 799	44.7%	53 149	1 032	1 735		55 916	95.1%	1.8%	3.1%		1 755	3.0%	1 128	1.9%		
Mapai	15 660	14 300	91.3%	13 850	43	136		14 029	98.7%	0.3%	1.0%		80	0.6%	191	1.3%		
Massangena	12 287	11 785	95.9%	11 570	45	44		11 659	99.2%	0.4%	0.4%		16	0.1%	110	0.9%		
Massingir	21 923	19 303	88.0%	18 717	31	187		18 935	98.8%	0.2%	1.0%		104	0.5%	264	1.4%		
PROVINCE	1 166 011	729 567	62.6%	669 074	15 324	19 739		704 137	95.0%	2.2%	2.8%		14 198	1.9%	11 232	1.5%		
Maputo Prov							Parena	Pareso				Parena	Pareso					
Matola	577 903	309 819	53.6%	186 541	19 624	92 652	630	613	300 060	62.2%	6.5%	30.9%	0.2%	0.2%	5 176	1.7%	4 583	1.5%
Boane	118 033	60 825	51.5%	39 300	3 559	14 776	141	193	57 969	67.8%	6.1%	25.5%	0.2%	0.3%	1 660	2.7%	1 196	2.0%
Magude	25 793	18 380	71.3%	15 253	560	1 162	69	88	17 132	89.0%	3.3%	6.8%	0.4%	0.5%	821	4.5%	427	2.3%
Manhiça	106 903	55 347	51.8%	47 752	2 387	3 892	326	407	54 763	87.2%	4.4%	7.1%	0.6%	0.7%	353	0.6%	230	0.4%
Marracuene	96 917	50 921	52.5%	35 088	2 799	10 438	79	67	48 471	72.4%	5.8%	21.5%	0.2%	0.1%	1 218	2.4%	1 232	2.4%
Matutuíne	21 584	15 824	73.3%	13 120	482	1 474	27	41	15 144	86.6%	3.2%	9.7%	0.2%	0.3%	371	2.3%	309	2.0%
Moamba	40 545	24 802	61.2%	19 405	873	3 000	81	108	23 467	82.7%	3.7%	12.8%	0.3%	0.5%	703	2.8%	632	2.5%
Namaacha	28 120	16 770	59.6%	13 629	535	1 629	41	55	15 889	85.8%	3.4%	10.3%	0.3%	0.3%	578	3.4%	303	1.8%
PROVINCE	1 015 798	552 688	54.4%	370 088	30 819	129 023	1 394	1 572	532 896	69.4%	5.8%	24.2%	0.3%	0.3%	10 880	2.0%	8 912	1.6%
							Outros					Outros						
Nacional	12 245 995	6 276 264	51.3%	4 153 883	253 021	1 309 981	30 800		5 747 684	72.3%	4.4%	22.8%	0.5%		344 431	5.5%	184 147	2.9%

Os círculos eleitorais são os distritos, mais um círculo eleitoral para toda a província. Os eleitores votam apenas uma vez, mas o voto é aplicado às listas de distritos e províncias. Assim, o voto provincial é o total dos votos do distrito. O cabeça-de-lista provincial com mais votos é eleito governador.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês tinyurl.com/sub-moz.

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

As edições do Boletim sobre eleições municipais de 2013 e eleições gerais de 2014 estão disponíveis em <http://bit.ly/2H066Kg>.

Existem dois arquivos detalhados de resultados eleitorais, um do London School of Economics em <http://bit.ly/MozElData> e outro do IESE em <http://www.iese.ac.mz/eleicoes-results>

Eleições Gerais 2019 é parte do Programa Votar Moçambique

Programa financiado por:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

UNIÃO EUROPEIA

Programa cofinanciado por:

COOPERAÇÃO AUSTRIACA PARA O DESENVOLVIMENTO